



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA
BAHIA - UNEB**

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO-
CAMPUS XIV**

**CURSO DE LICENCIATURA EM
HISTÓRIA**

José Roque Soares Pastor

**Intelectuais negros (as) e (in) visibilidades – Uma reflexão a partir
do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local -
PPGHIS, Campus V- Santo Antônio de Jesus.**

Conceição do Coité

2022

ROQUE SOARES PASTOR

Intelectuais negros (as) e (in) visibilidades – Uma reflexão a partir do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local - PPGHIS, Campus V- Santo Antônio de Jesus.

Monografia apresentada ao colegiado de História do departamento de Educação/Campus XIV da Universidade da Bahia – UNEB como requisito parcial para obtenção do título de licenciado(a) em História.

Orientadora: Prof. Dra. Marluce de Lima Macêdo.

CONCEIÇÃO DO COITÉ-BA

ROQUE SOARES PASTOR

Intelectuais negros (as) e (in) visibilidades – Uma reflexão a partir do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local - PPGHIS, Campus V- Santo Antônio de Jesus

Trabalho de conclusão de curso – TCC, apresentado à Universidade do Estado da Bahia, Campus XVI, como pré-requisito para obtenção do título de licenciado em História.
Conceição do Coité-BA, 18 de julho 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Marluce de Lima Macêdo (Orientadora)

Prof^a Dr^a Maria Dalva de Lima Macêdo

Prof^a Dr^a Cristiane Soares Santana

AGRADECIMENTOS

A lista de pessoas a quem devo gratidão é extensa, no entanto, irei expor apenas alguns nomes de forma direta e outros tantos de forma indireta.

Agradeço a Deus, essa força que nos possibilita encontros e desencontros, construção e reconstrução. Agradeço a Neusa minha companheira por ter me motivado a nunca desistir dos meus sonhos; a meu filho Denisson por ser uma das minhas motivações para estar realizando esse trabalho.

Agradeço a orientadora desta Pesquisa, Professora Dr^a Marluce de Lima Macêdo, pelos seus diálogos e orientação constantes e a Banca Examinadora deste trabalho: Prof^a Dr^a Maria Dalva de Lima Macêdo, Prof^a Dr^a Cristiane Soares de Santana e Prof^a Dr^a Joceneide Cunha dos Santos por aceitarem o convite e contribuírem para ampliação deste trabalho.

Agradeço as professoras e o professor entrevistadas(os): Suely Santana, Ana Rita Araújo e Wilson Roberto de Mattos pelas contribuições inestimáveis, pela solidariedade e compartilhamento dos seus conhecimentos.

Agradeço ainda à todas as pessoas do setor de apoio, técnicos e técnicas, diretores e diretoras, professores e professoras da UNEB Campus XIV Conceição do Coité e a todos (as) intelectuais negros (as) que lutam contra a invisibilidade e por uma universidade cada vez mais plural e acessível à população afro-brasileira.

RESUMO

Esta Monografia apresenta uma reflexão sobre a (in)visibilidade de intelectuais negros (as) no PPGHIS – Programa de Pós-Graduação em História do Campus V- UNEB. O interesse pelo tema nasce a partir do desejo de conhecer mais sobre os(as) intelectuais negros(as), buscando analisar os impactos das suas presenças/ausências neste programa e também de forma mais ampla. Foi utilizado os recursos metodológicos da História Oral, por conta da elasticidade que tais recursos oferece a um tema tão sensível como o que está sendo tratado aqui sobre uma categoria de cientistas – doutores e doutoras – que foram e ainda continuam sendo invisibilizados(as) pelo fato de serem pretos e pretas em uma sociedade brasileira que ainda insiste em sustentar o racismo. A História Oral também orientou a realização das entrevistas do ponto de vista técnico e relacional. As falas das(os) entrevistadas(os), bem como as leituras e traduções de obras constantes nas referências desta escrita constituíram os diálogos e as bases para esta reflexão, orientado muitas vezes os conceitos e as principais categorias que colocam a criação textual em movimento.

Palavras Chaves: (In)visibilidade, Intelectual Negro; Pós-Graduação.

SUMÁRIO

Introdução-----	07
Capítulo 1 – Intelectuais Negros(as), presença e atuação no Ensino Superior-----	19
Capítulo 2 - (In)Visibilidade dos(as) intelectuais negros(as) no PPGHIS/UNEB-----	35
Conclusão-----	48
Referências-----	49
Anexo 1 – Lista dos(as) Entrevistados(as)-----	51
Anexo 2 – Roteiro da Entrevista-----	52

Introdução

Essa monografia apresenta uma discussão sobre a produção de intelectuais negros (as) e sua (in) visibilidade – Uma reflexão a partir do programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHIS), Campus V (UNEB) localizado em Santo Antônio de Jesus.

Foi na experiência como discente do campus XIV - UNEB - Conceição do Coité, que a ideia de refletir sobre intelectualidade negra com um recorte direcionado para sua visibilidade e/ou invisibilidade surgiu através da curiosidade despertada durante os debates na sala de aula, em seminários e palestras sobre o tema. A cada encontro pautado nessa temática um turbilhão de perguntas e dúvidas surgiam em minha mente, por até então, ter sido um tema incomum no meu cotidiano, além do mais, durante minha vida de estudante do ensino médio esse tema raramente era debatido em sala de aula.

A realização desta pesquisa no Campus V se justifica pela sua especialidade no campo da História Regional e Local, por minha participação em importantes debates realizados por docentes negras(os) do Campus V e apresentados algumas vezes no Campus XIV através da Linha de Pesquisa “Pensamentos e Intelectuais Negros (as)”. Esta Linha de Pesquisa faz parte do Grupo de Pesquisa "Firmina - Pós-Colonialidade: Educação, História e Ações Afirmativas” e integra a Linha II do Programa de História Regional e Local – “Estudos sobre Trajetórias de Populações Afro-brasileiras”. Vale a pena registrar aqui que a Linha de Pesquisa “Pensamentos e Intelectuais Negros” é coordenada em nosso departamento pela Professora Marluce Macêdo e que tenho participado das mais diversas atividades realizadas pela mesma.

O grupo de Pesquisa “Firmina” inicialmente desenvolveu pesquisas/estudos/ações relacionadas aos conteúdos determinados pela Lei Federal 10639/2003, que estabelece a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira para todos os níveis de escolaridade. Ao longo do tempo o FIRMINA tem ampliado seu campo de atuação realizando atividades de pesquisas mais sistemáticas sobre o campo das Ações Afirmativas e reflexões sobre o conhecimento das experiências históricas das populações negras brasileiras.

A minha concepção de intelectual estava concentrada na figura do homem branco, concepção essa adquirida a partir de conceitos deturpados sobre a população afro-brasileira disseminados pelos livros de História ao longo de minha caminhada como estudante do ensino médio. Entretanto, na experiência universitária surgiram questões como - o que é um/a intelectual negro/negra na nossa sociedade? Onde e como se forma um/uma intelectual negro ou negra? Qual a função de um/a intelectual negro/a? – que passaram a me incomodar, então, a partir das orientações dos/as professores/as fui despertando para o desejo de, como negro, agora mais consciente da minha negritude e dos desafios que é assumir essa condição, abraçar esse tema para o meu TCC.

O tema aqui proposto tem ligação profunda comigo e divide minha história de vida em antes e depois da minha entrada na universidade. Antes eu me sentia deslocado, sem saber o meu real valor na sociedade e me perguntava qual o sentido de um negro assumir sua negritude em uma sociedade em que o estigma da escravatura ainda o atinge? Eu sempre alimentei a vontade de estudar na esperança de consegui um emprego, mudar minha concepção de mundo. E embora tenha colecionado decepções em entrevistas de emprego e em vestibulares, me mantive focado em não desistir da universidade.

Entretanto, em um determinado momento em minha vida, tive que aprender uma profissão para minha sobrevivência e com isso surgiram outras necessidades que me obrigaram a adiar o sonho de estudar em uma universidade, foram tempos difíceis e angustiante, mas suportáveis, porque eu esperançava ter minha própria casa e depois voltar a estudar. Passada essa fase, contando já com 48 anos decidi retomar os estudos com o objetivo de entrar na universidade, então me inscrevi no cursinho pré-vestibular Universidade para Todos onde frequentei por dois anos, em 2018 fui aprovado no curso de licenciatura em História na UNEB.

Já como aluno da UNEB, sentir que estava a caminho de realizar mais um sonho e que, de alguma forma, essa etapa proporcionaria profundas mudanças em meu modo de entender o mundo, a vida e o sentido de minha existência. E de fato, a Universidade me fez perceber um mundo de muitas possibilidades, um mundo em constantes mudanças e eu como parte disso, e essa monografia é um meio para que eu possa alcançar a (re)construção da minha identidade como afrodescendente.

A importância desse trabalho na área da História é perceptível porque, estando de acordo com Marluce de Lima Macêdo (2021) pretende demonstrar que o negro nunca esteve passivo diante do estigma que se criou a seu respeito, como sendo de uma raça criada pela natureza para ser escravizado, e por isso incapaz de produzir conhecimento. Além do mais,

corroborar com o pensamento de outros intelectuais como Abdias Nascimento, Edison Carneiro e Lélia Gonzales, por exemplo, que também seguem a linha contrária a esse tipo de argumento.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) originou-se do Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA). O referido Centro foi autorizado a funcionar mediante convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado da Bahia, por meio da Portaria Ministerial nº 111 de 19 de fevereiro de 1968. Este dispositivo legal estabeleceu um tipo de convênio por tempo indeterminado. No ano seguinte, o Decreto Estadual nº 21.455/69 estabeleceu linhas gerais para o funcionamento deste Centro, cuja manutenção e administração ficaram sob a responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia.¹

Em junho de 1983 a Lei Delegada Nº 66 de 01 de junho de 1983 criou a Universidade do Estado da Bahia mantida pelo Governo do Estado por intermédio da Secretaria da Educação (SEC), atualmente está presente geograficamente em todas as regiões do Estado, estruturada no sistema multicampi, com 30 (trinta) departamentos, um sediado na capital do estado onde está localizada a administração central e os demais em diversos municípios da Bahia.

É importante destacar também que desde sua fundação a UNEB tem demonstrado sua vocação para inclusão, desenvolvendo ao longo do tempo ações em prol das populações historicamente excluídas, a exemplo dos/as negros/as, indígenas, transexuais, travestis, transgêneros, ciganos/as, entre outras. Em 2003, a UNEB implantou o sistema de cotas para a população afrodescendente de forma planejada em todos os seus 27 (vinte e sete) campus. Em 2014 criou a PROAF.– Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, a primeira Pró-Reitoria de uma universidade pública voltada exclusivamente para as ações afirmativas do Brasil,.

Os programas de ações afirmativas são direcionados à promoção de práticas de equidade, de defesa e inclusão social em prol da diversidade: étnicas, racial, cultural, de gênero e de geração. É desse modo que a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), segue seu ideal de difusão e democratização do ensino superior no Estado baiano através do sistema multicampi.

Foi seguindo esse ideal que nos dias 29 a 31 de agosto de 2011 aconteceu a 1ª Conferência Universitária de Ações Afirmativas da UNEB, em prol da Construção de um Programa de Permanência para os cotistas. Esta Conferência foi organizada pelo Centro de

¹ As informações contidas nesse item foram obtidas do site <https://portal.uneb.br/documentos-institucionais>.

Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos (CEPAIA), pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (AFROUNEB), contando com a parceria de outros setores da UNEB como o Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade.²

Foi elaborado o regimento interno dessa conferência que estabeleceu as diretrizes, as bases para o funcionamento e os objetivos da mesma em prol das Ações Afirmativas da Universidade do Estado da Bahia. Esse documento afirma que dentre outras atribuições, a Conferência de Ações Afirmativas deveria: a) oportunizar à comunidade universitária um espaço institucional de discussões sobre as atividades de ação afirmativa realizadas na UNEB; b) possibilitar à comunidade universitária da UNEB a oportunidade de produzir o seu próprio programa de ações afirmativas; c) criar subsídios para avaliação e aperfeiçoamento do sistema de Cotas para negros e indígenas da UNEB.³

Foi feita uma busca no site institucional da UNEB e no google na tentativa de encontrar algum estudo contendo dados representativos do número de professores (as) negros (as) que desenvolvem projetos/ações, produzem e publicam textos sobre diversos temas relativos às populações negras, não encontramos nada referente a essa busca, deduz-se que estudos sobre esse tema ainda estejam em andamento. De qualquer forma é notório o envolvimento de professores(as) negros(as) à frente de projetos que promovem ações afirmativas.

Os departamentos da Universidade do Estado da Bahia estão distribuídos em importantes municípios baianos de médio e grande porte, oferecendo mais de 170 cursos nas modalidades presencial e à distância (EAD) no sistema graduação e pós-graduação. O objetivo da UNEB é promover a formação integral e o desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana. A estrutura organizacional da UNEB está passando por constantes adaptações para atender às demandas da sociedade contemporânea e da sua multicampia.

Além dos Campi, a UNEB está presente na quase totalidade dos 417 municípios do estado, por intermédio de programas e ações extensionistas em convênio com organizações públicas e privadas que beneficiam milhões de cidadãos baianos, a maioria pertencente a segmentos social e economicamente desfavorecidos e excluídos: Alfabetização e capacitação de jovens e adultos em situação de risco social; educação em assentamentos da reforma agrária e em comunidades indígenas e quilombolas; projetos de inclusão e

² <https://jus.com.br/artigos/58893/>

³ [proaf-uneb-pro-reitoria-de-ações-afirmativas](#)

valorização voltados para pessoas deficientes, da terceira idade, LGBT, entre outros, são algumas das iniciativas que aproximam a universidade da sociedade⁴.

O Campus V foi fundado em 1980 como Faculdade de Formação de Professores (FPP), e está localizado no loteamento Jardim Bahia em Santo Antônio de Jesus, distante 187 quilômetros de Salvador, capital do Estado da Bahia. Foi o quinto campus a ser instalado pela UNEB em cumprimento da sua missão de produzir, difundir, socializar e aplicar o conhecimento nas diversas áreas do saber através do Departamento de Ciência Humanas (DCH. Sua estrutura organizacional é composta de órgãos deliberativos, consultivo e executivo, de forma integrada para cumprir seus objetivos. O DCH Campus V congrega docentes, técnicos administrativo, discentes e ocupantes de cargos de provimento temporário.

O DCH- Departamento de Ciências Humanas, oferece graduação em Administração, Geografia, História, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Letras/Português; Mestrado em História Regional e Local, Mestrado Profissional em Letras; Especialização em Gestão Estratégica, em Geografia e Desenvolvimento Territorial. E abriga as seguintes Instâncias Acadêmicas: Centro Acadêmico de Geografia (CAGEO), Centro Acadêmico de História Maria de Lourdes de Jesus (CAHIS), Diretório Acadêmico de Administração (DAADM), Diretório Acadêmico de Letras (DALET).

O PPGHIS – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local do Campus V, foi criado a partir da recomendação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) em junho de 2006, em nível de mestrado acadêmico e está amparado pelo Departamento de Ciências Humanas do Campus V da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Um dos principais objetivos do PPGHIS é construir nas comunidades local e regional em que atuam, espaços para a formação, reflexão e veiculação de conhecimentos voltados para o processo de análise crítica da realidade.

O programa está estruturado em uma linha de pesquisa voltada para os *Estudos Regionais do Campo e da Cidade* e outra linha direcionada para os *Estudos sobre Trajetórias de Populações Afro – Brasileiras*. Essas duas linhas de pesquisas têm como foco principal o espaço local como meio de reflexão sobre vários temas do conhecimento histórico-cultural

⁴ fonte: <https://portal.uneb.br/documentos-institucionais>

com por exemplo: diversidade cultural, religiosidade, memória, narrativas e outros. Além disso: Redes Regionais e Locais na História, Literatura e Memória; História Oral e Memória; História da América Portuguesa e Grupo de Estudos do Tempo Presente são alguns dos grupos de pesquisas compostos por docentes e discentes que fazem parte do PPGHIS.

Segundo o site oficial do Programa, o PPGHIS conta com diversos laboratórios que ampliam e qualificam as pesquisas e os estudos acadêmicos, estendendo a integração entre graduandos e pós-graduandos. Estudos Históricos Interdisciplinares, Estudos de gênero e Infância, Ensino de História, História, Cinema e Imagens; História Oral e Memória; Cultura Negra, Escravidão e Pós-Abolição são os Laboratórios do Curso de Licenciatura do PPGHIS.⁵

A presente pesquisa aborda a intelectualidade negra, tendo como recorte sua visibilidade ou invisibilidade no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) do Campus V de Santo Antônio de Jesus entre 2006 e 2016. Sendo assim, será posto em questão conceitos, práticas, a formação dos sujeitos negros em intelectuais, seus objetivos, meios de atuação, as dificuldades de serem reconhecidos como tais, enfim, será realizado um debate cuja percepção ainda continua restrita ao meio acadêmico e, portanto, não sendo observado pelas pessoas fora dele.

Há, certa dificuldade na nossa sociedade de se perceber um homem negro ou uma mulher negra quer seja advogado (a), médico (a), professor (a), escritor(a), ou outros profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, como um intelectual ou uma intelectual. Esse comportamento envolve diferentes fatores, entre eles, o desconhecimento do debate sobre intelectualidade e mais ainda sobre intelectualidade negra e o racismo ainda presente na sociedade brasileira. E para além disso, destaca-se ações de representação de grupos dominante, historicamente constituídos por pessoas brancas que, às vezes de forma velada e por vezes de forma desvelada, insiste em difamar e inferiorizar o negro.

Portanto, o objetivo primordial dessa monografia está direcionado à discussão da (in) visibilidade de intelectuais negros (as). Desse modo, a pergunta fundamental é: Os intelectuais negros que ensinam e produzem conhecimento no PPGHIS têm visibilidade ou

⁵ ppghis.uneb.br

não? Assim, o objetivo específico é refletir sobre essa indagação e buscar as respostas possíveis.

Por que estudar intelectuais negros e sua (in) visibilidade? Como resposta deter-me-ei em dois momentos distintos de minha formação. O primeiro momento refere-se ao período em que como estudante secundarista vislumbrava um certo sentimento intelectual mesmo com o pouquíssimo conhecimento sobre o que de fato significava ser um intelectual. Quer dizer, era um entendimento muito vago, longe, raso, afinal de contas, até então não havia tido qualquer contato com esta discussão ou com alguém assumidamente intelectual. Entretanto, pelo fato de ter chegado àquele nível de escolaridade, algo inusitado para um preto pobre, filho de mãe solteira e, sobretudo, analfabeta, onde muitos dos meus amigos de infância não tiveram a mesma oportunidade ou autodeterminação para alcançar, eu me sentia vitorioso e, por isso, um intelectual.

Ao procurarmos em quaisquer dicionários, virtuais ou físicos, com certeza vamos encontrar vários significados para a expressão “intelectual”. No Dicionário da Língua Portuguesa elaborado por Antenor Nascentes e aprovado pela Academia Brasileira de Letras, destaca o termo “Intelectual” como um adjetivo. Relativo ao entendimento; dedicado ao cultivo da ciência ou das letras; pessoa dada a estudos literários e científicos.

Comumente, estará relacionado ao pensamento, intelecto, fazendo menção a um esforço que requer concentração, capacidade de observação, análise crítica da realidade e habilidade em argumentar e escrever. Ou ainda, como um “[...] adjetivo que caracteriza algo ou alguém que **desempenha uma atividade de natureza mental**, relacionado com o intelecto e a inteligência”. Em outras palavras, “um intelectual é a pessoa que produz pensamentos”.⁶

Vários pensadores se debruçaram/debruçam na discussão e problematização desta categoria. Gramsci (2000) entende que embora todos os homens sejam intelectuais nem todos exercem esta função e “o que diferencia um intelectual de um não intelectual é a variante relativa ao peso que a atividade braçal ou intelectual tem na vida de cada indivíduo” (Gramsci, 2000a, p. 18). Assim, para Gramsci, em uma sociedade de classes diferenciadas, como a nossa, os intelectuais têm forte poder de persuasão no interior das suas respectivas ordens.

⁶ <https://www.significados.com.br/intelectual>.

Foi também em seus estudos sociológicos que Antônio Gramsci identificou o que ele denominou de “intelectuais orgânicos”, que no entendimento de Stuart Hall, (Hall, 2013. P 15 e 16) são os intelectuais que, diferentemente dos “intelectuais tradicionais” que “se colocam ao lado do conhecimento e interesses sociais já estabelecidos”, devem “estar na vanguarda do trabalho teórico intelectual” e “comprometidos com um trabalho intelectual radical que gera mudanças sociais e econômicas”.

Ou seja, intelectuais orgânicos é uma categoria que se diferencia do intelectual tradicional por “apresentar a capacidade de elaboração (análise) crítica da própria realidade histórico-social” (Marçal, 2012 p.67). Ainda na visão de Marçal, o intelectual orgânico é um “tipo novo” cuja origem é a própria classe ou grupo social, e a esta classe ou grupo, o intelectual orgânico deve estar ligado social e ideologicamente.

Desse modo, a construção das distinções raciais no Brasil forçou a formação, por necessidades, de representações categóricas denominadas intelectuais negros (as) originadas nos grupos afrodescendentes que alcançaram um nível de politização tal que possibilitou a construção de uma estrutura epistêmica genuinamente negra. Como consequência disso foi o desmascaramento dos mecanismos de produção e reprodução do preconceito contra a população negra no Brasil.

Em seu texto intitulado “Pensamento Social Brasileiro e Experiência Periférica: Apontamentos Para a Teoria Crítica Latino-Americana”, Martins (2017) caracteriza os intelectuais de forma geral, como “criadores, mediadores e divulgadores das obras culturais, científicas e estéticas, ” além de responsáveis em formarem a “consciência da nova geração” através dos diferentes modos de atuação no meio social quer seja como acadêmico, escritor, militantes de movimentos políticos e/ou outros lugares.

Diante dos vários significados anteriormente citados para o termo **intelectual**, essa monografia se alinha ao conceito proposto por Macêdo (2020) que aponta os intelectuais “como produtores de proposições teórico/metodológicas, estratégias políticas e de transformações sociais (...) nas perspectivas das populações negras” (2012). Em outras palavras, essa produção, está focada nos (as) intelectuais negros e negras como categoria que se posiciona contra o racismo ainda existente no Brasil e que continua inferiorizando a população negra.

Assim, compreende-se aqui intelectuais negros (as) como uma categoria que se posiciona contra a marginalidade epistêmica, econômica e social do (a) negro (a), e diferente da categoria de intelectuais brancos que sempre tiveram muito mais oportunidades de formação e informação, e por isso, monopolizaram todo o processo de produção e divulgação

do conhecimento em nosso país, sendo, responsáveis por produzirem e reproduzirem narrativas de cunho racista sobre a população negra no Brasil.

É importante observar que, se existem os grupos de intelectuais negros e negras, não significa que a nossa democracia seja ampla, um guarda-chuva que a todos e a todas protege da tempestade ou que a todos e a todas acolhe com o mesmo sentimento de pertencimento, ao contrário, é que a solidão de ser negro e negra no Brasil obriga-nos a ativar o nosso instinto em busca de compreensão, de identidade, de acolhimento, de partilha de conhecimento, de resistência, de resiliência às vezes, e por outras, de inconformismo e rebeldia contra aqueles que ainda insistem em determinar que o nosso lugar na sociedade continua sendo os porões que outrora eram reservados àqueles (as) negros (as) escravizados (as) que não aceitavam a submissão e a subalternidade ao senhor branco.

Dessa forma, os (as) intelectuais negros (as) atuam praticando o que Ashanti Alston considera “**anarquismos negro**”, pois para ele, “O próprio povo (*negro*) tem que criar estruturas em que articulem sua própria voz e em que tomem suas próprias decisões” (Alston,2014). Desse modo, a música, o teatro, o cinema, as escolas, as universidades e a literatura são meios, modos e espaços em que negros e negras ousaram e, ainda ousam, usar como veículos para romper os obstáculos que os invisibilizam e que os fazem solitários (as). Isto pode ser traduzido como ativismo negro, considerando que esses veículos eram e, de certa forma ainda são, espaços destinados exclusivamente a pessoas brancas.

Solidão, invisibilidade e inferioridade são algumas das causas e efeitos de um racismo enraizado numa sociedade, como a brasileira, que ainda insiste em negar, mesmo com todas as evidências estampadas em redes sociais, escolas, universidades e programas televisivos, por exemplo, onde são divulgados e publicados comentários e declarações criminosamente racistas direcionados a indivíduos da população negra quer seja adulto, criança ou adolescente. É contra esses tipos de práticas que intelectuais negros e negras tomam posição com firmeza e intransigência.

Porque de certa forma, foram e continuam sendo vítimas desse mesmo racismo que ainda atinge a população negra causando-lhe sérios transtornos cujos sintomas são hoje conhecidos como “os efeitos psicossociais do racismo”, de acordo com o Instituto MMA Psique e Negritude, que tem como objetivos principais “resgatar a autoestima da população negra e promover a conscientização sobre os efeitos do racismo para a sociedade” (AMMA, 2008) Frantz Fanon em *Pele Negra Máscara Branca*, faz um estudo da psicopatologia de negros e negras das Antilhas, onde atribui suas causas ao violento processo de colonização do continente africano. Mas podemos nos perguntar, o que nós negros e negras do Brasil

temos com isso? Então Fanon responde, “*Onde quer que vá, um preto permanece um preto*” (Fanon, 2008).

Por outro lado, para muitas pessoas, o conteúdo discursivo dessa monografia pode parecer saturado, ou até mesmo abusivo, no entanto, Edson Cardoso em um vídeo aula afirma que “durante os anos 70 e parte dos anos 80 do século XX haviam negações muito poderosas que bloqueavam o debate sobre o racismo no Brasil”⁷. Isso nos faz crer que debater sobre a intelectualidade negra, a partir da sua invisibilidade ou visibilidade, está na ordem do dia, uma vez que esse tema, parafraseando Edson Cardoso, deve “ocupar o espaço público” e transformar esse “debate em uma questão de interesse nacional”⁸.

Desse modo, em razão do que afirma Cardoso, devemos entender que esse debate ainda não extrapolou seus limites porque continua sendo visto de revés. Ou seja, esse não é um debate para ficar circunscrito às universidades e aos grupos do movimento negro, deve fazer parte do cotidiano das escolas brasileiras, das igrejas, das famílias em geral, de grupos de amigos, nas redes sociais, em debates políticos. Se isso ainda não aconteceu é porque a síndrome da negação continua intensa, vitimando negros e negras no Brasil.

Por outro lado, não se trata de uma discussão definida apenas por fazer parte de um dos processos da minha formação acadêmica, e sim, porque está umbilicalmente ligado à história da população negra, do Brasil principalmente, desde que essa população passou a ser estigmatizada a ponto de lhe ser negada a condição de ser humano. Portanto, tomar parte na discussão no tocante à (in) visibilidade dos intelectuais negros (as) a partir do Programa de Pós-Graduação do Campus V é tê-la como termômetro para que haja avaliação também a partir de outros olhares e de outras diretrizes não circunscritos (as) nessa abordagem.

Esse trabalho é, de certa forma, uma maneira de humanização em mão-dupla, no sentido de que quem está produzindo-o sente-se em processo de humanização, considerando-se, desse modo, portador de um direito em exercício através de uma forma de expressão em que ele próprio, o autor, tem sua história refletida em muito do que está escrito aqui. E por outro lado, visualiza, considera, respeita a humanidade no seu semelhante.

Quanto à metodologia, utilizarei os recursos da História Oral por se mostrar mais adequado ao modelo da pesquisa aqui proposto, e também porque esse método permite que o pesquisador use outras fontes documentais consideradas não tradicionais no campo da pesquisa. Em outras palavras, a História Oral oferece condições para o pesquisador colher

⁷ <https://cursos.casasuelicarneiro.org.br>

⁸ <https://cursos.casasuelicarneiro.org.br>

dados, e submetê-los a processos como ordenação, sistematização, formação crítica da própria produção, além disso, o pesquisador tem maior liberdade para analisar, interpretar, situar historicamente os depoimentos e as evidências orais.

Além do mais, a História Oral como metodologia de pesquisa já conquistou seu status de inovador por possibilitar visibilidade aos dominados, aos silenciados, aos excluídos ou esquecidos como negros, negras, marginais, ou seja, privilegia uma visão histórica a partir de baixo. É por esses e outros aspectos, que a História Oral não deve ser subestimada diante de outros métodos, pois ela pode ser usada em combinação com vários outros modelos de pesquisa.

Como o objetivo primordial dessa monografia é a visibilidade ou invisibilidade de intelectuais negros que atuam no Programa de Pós Graduação do campus V em Santo Antônio de Jesus, para este trabalho foram entrevistadas 3 pessoas negras: 2 professoras e 1 professor, atuantes no Programa de Pós-Graduação. É importante destacar que o motivo desse trabalho estar sendo desenvolvido no Programa do Campus V se justifica pela especificidade do tema que tem como centralidade a intelectualidade negra e também dialogar com a História através das entrevistas realizadas

Além do mais, o suporte teórico/metodológico desse trabalho está circunscrito ao campo da História Oral cujo recorte coincide com a natureza e tradição histórica do Campus V em manter relações muito fortes com a cultura negra intermediadas pelos diversos grupos de pesquisas coordenados por intelectuais negros (as).

Entre os vários grupos de pesquisas podemos destacar dois que têm estreitas ligações com o tema dessa monografia, (MALUNGU) – Grupo de Pesquisa, Estudos e Extensão de África e suas Diásporas; (FIRMINA) – Pós- Colonialidade: Educação, História, Cultura e Ações Afirmativas - sendo que esse último grupo faz parte do Programa AFROUNEB - Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e da Diáspora que desenvolve estudos, pesquisas, publicações e eventos interdisciplinares com temas relativos às populações negras na África, no Brasil e nas Américas. O AFROUNEB integra o DCH-CAMPUS V da Universidade do Estado da Bahia.⁹

Na continuidade dessa reflexão, no primeiro capítulo será feita uma breve abordagem sobre o movimento de intelectuais negros no Brasil do século XX, a partir da obra de Paulina L.

⁹ <http://ppghis.uneb.br>.

Alberto, “Termos de Inclusão: Intelectuais Negros Brasileiros no Século XX”. Nesse momento será observado as pautas que mais estavam em evidência, os meios e as formas de atuação que intelectuais negros e negras adotaram como estratégias em seu processo de construção do sentimento de pertencimento nacional a partir de um arcabouço de críticas dirigidas às ideologias de harmonia racial brasileira, que tinham como uma das colunas principais o conceito democracia racial. Ainda neste primeiro capítulo serão apresentadas breves reflexões sobre a presença e a ausência dos intelectuais negros (as) na educação superior e mais destacadamente em Programas de Pós-Graduação no Brasil.

No segundo e último capítulo o destaque será a presença de intelectuais negros (as) no âmbito institucional da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, a partir da seguinte ordem:

a presença de intelectuais negros (as) no programa de pós-graduação da UNEB em linhas gerais, a presença de intelectuais na Pós-graduação em História, e por fim, presença de intelectuais na Pós-graduação em Stº. Antonio de Jesus, Campus V da UNEB. Esta reflexão diz respeito a questão central desta pesquisa sobre (in)visibilidade destas presenças e de suas produções e trará como principais interlocutoras(es) as(os) próprias(os) intelectuais negras(os) através das entrevistas realizadas.

Capítulo 1

Intelectuais Negros(as) , presença e atuação no Ensino Superior

Neste primeiro capítulo serão apresentadas breves reflexões sobre a presença e a ausência dos intelectuais negros (as) na educação superior e mais destacadamente em Programas de Pós-Graduação no Brasil. Contudo, o sentido maior desse capítulo é construir um panorama sobre os intelectuais negros (as) utilizando algumas das obras selecionadas que analisam e discutem aspectos relevantes sobre essa categoria de intelectuais brasileiros ao longo do século XX. Apesar de reconhecer a existência de diversas publicações sobre o que será apresentado nessa parte do trabalho, penso eu, que as obras apresentadas neste capítulo referenciam um esforço de composição de diálogos que auxiliam nas possíveis respostas para a problemática desta pesquisa e para o cumprimento dos seus objetivos.

Em Termos de Inclusão, Alberto (2020) aponta para uma das questões base dessa monografia – o que fazem os intelectuais negros no seio da sociedade brasileira? Nesse tópico farei uma breve abordagem das atividades dos(as) intelectuais negros(as)¹⁰ a partir da produção: **Termos de Inclusão: Intelectuais negros brasileiros no século XX** de autoria de Paulina L. Alberto, que analisa com profundidade a atuação dos intelectuais negros (as) brasileiros (as), no século XX, de forma triangular entre Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia a partir da primeira república, inserida no contexto pós-abolição, em um cenário migracional, em que: *Várias vertentes de pensamento racista juntaram-se para retratar as pessoas afrodescendentes como “intelectualmente degradadas” e “moralmente aniquiladas”* (Alberto, 2020, p.45). E que por isso, era, de acordo com a elite branca, preciso e justo que se buscasse aplicar uma política de branqueamento como o único meio de se salvar o Brasil dessa raça (negra) imprestável.

O Rio de Janeiro no início do século XX, contava com uma realidade populacional majoritariamente de Afrodescendentes, e com uma minoria europeia. Enquanto que São Paulo, especificamente Campinas, apresentava um quadro populacional formado quase que

¹⁰ Quero justificar que acrescentei em parêntesis os indicativos do termo feminino, que não constam na obra aqui referida, por deduzir que, de alguma forma, houve a participação de intelectuais negras em grupos e ou em ação de movimentos negros.

exclusivamente de imigrantes europeus, asiáticos e orientais. Já a Bahia, tendo Salvador, como importante portal de entrada de um grande contingente de africanos para ser usado como escravos durante o período colonial, passou, a partir de 1930, a ser reconhecida, segundo Alberto (2020), como berço das tradições culturais africanas mais autênticas.

Essas três cidades eram locais de importantes movimentos raciais conhecidos nacionalmente. Certamente, os discursos dos intelectuais negros nas três cidades convergiam em aspectos importantes. Todos representavam o Brasil como um país mestiço ou multirracial e ninguém defendia uma política separatista” (Alberto, 2020, p. 32).

Alberto ao comentar sobre suas fontes, revela uma realidade bastante curiosa e intrigante no tocante às imprensas carioca, baiana e paulista:

No Rio de Janeiro, onde a imprensa negra é praticamente inexistente no início do século XX, ou em Salvador durante a maior parte do século, eu tento acessar de forma indireta as vozes dos intelectuais negros, por meio de fontes como a imprensa negra de São Paulo [...] na qual os intelectuais negros produziram a maior quantidade de documentos escritos ao longo do século (Alberto, 2020).

A curiosidade está embasada em entender o motivo do Rio de Janeiro e Bahia possuírem a maior população negra e não terem uma imprensa onde os(as) intelectuais negros(as) pudessem publicar seus trabalhos intelectuais “em uma época em que o jornalismo, e não os livros, era o principal meio de divulgação” ALBERTO, (2020, p.58), obrigando, assim, a autora a se valer “ de documentos produzidos por intelectuais negros em coautoria com jornalistas da grande imprensa ou acadêmicos, ou documentos governamentais sobre os intelectuais e movimentos negros” ALBERTO (2020, p.34). Isso nos faz pensar o tamanho das dificuldades que muitos (as) intelectuais negros (as) tiveram para publicar trabalhos sem interferências ideológicas opositoras.

De qualquer forma, era por intermédio da escrita e de sua divulgação em jornais como por exemplo, *O Baluarte* (Campinas), *O Menelik*, (S.P.), *Quilombo* (R.J.), *Correio da Manhã*, (Salvador), em reuniões com associações e clubes recreativos - cujas atividades incluíam a alfabetização além de formação política para seus associados - que os (as)

intelectuais negros (as) conseguiam estabelecer elos de comunicação com parte da população negra.

Desse modo, “Termos de Inclusão” está circunscrito ao lócus triangular entre São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador “buscando demonstrar uma realidade nacional mais ampla sobre termos variáveis através dos quais intelectuais negros (as) reivindicavam sua inclusão (ou visibilidade) ao longo do século “ALBERTO (2020) cuja realidade social estava moldada a partir de duas estruturas ideológicas antagônicas criadas a partir dos conceitos de raças, ou seja, raça ‘branca’ dominante e por isso superior e raça ‘negra’ dominada, supostamente inferior. Esse antagonismo por muito tempo esteve, desde a abolição da escravidão no Brasil, camuflado sob os títulos de harmonia racial, sociedade multirracial e democracia racial, ao longo do século XX.

Assim, imprensa negra, política negra, teatro negro, clube do negro, literatura negra foram mecanismos criados por aqueles(as) intelectuais negros(as) ao longo do século XX, que marcaram, delimitaram e por vezes até permitiram a construção de uma epistemologia representativa e identitária com o intuito de se evitar o apagamento das suas histórias, experiências e representações, ou, parafraseando Abdias Nascimento, impedir o genocídio do negro(a) brasileiro(a), caso continuassem acreditando na ideia da harmonia mestiça ou democracia racial tão propagada no Brasil de então.

Desse modo, ainda sob o frescor da abolição, muitos dos(as) intelectuais negros(as) em proveito da igualdade racial, usaram “as potencialidades progressistas de ideologias que equiparavam mistura racial com inclusão social” (Alberto, 2020, p.23). Ou seja, muitos intelectuais negros, acreditavam que a pobreza, o analfabetismo e outras mazelas que acometiam a população afro-brasileira não tinham relação direta com a cor. Confiavam, os intelectuais negros, que as ideologias progressistas iriam “aproximar o Brasil de uma nova concepção da identidade nacional capaz de imaginar (incluir) os afrodescendentes como brasileiros plenos” (Alberto, 2020, p.23).

Também em 1950, em que o mundo ainda vivia sob os efeitos da segunda guerra mundial, “intelectuais negros e brancos começaram a descrever a singular inexistência de tensões raciais (no Brasil) não através da linguagem anterior de harmonia ou fraternidade, mas agora através da linguagem da democracia” (Alberto, 2020, p.25). Conforme a autora, Abdias do Nascimento chegou a afirmar que “*a larga miscigenação do Brasil estava rendendo uma bem delineada doutrina de democracia racial, a servir de lição e modelo para outros povos de formação complexa, conforme é o nosso caso*” (Alberto, 2020, p.25).

Entretanto, a partir de 1964 quando houve o golpe e os militares tomaram o poder no Brasil, um grande desengano se abateu sobre vários intelectuais negros ao perceberem que as ideias de harmonia racial, democracia racial não passavam de engodos, eram, segundo a autora “mitos destruidores controlados pela elite” (Alberto, 2020.p.31).

É importante, desse modo, que seja feita uma articulação entre a perspectiva, aqui já destacada de Paulina Alberto, e outros ou novos termos de inclusão qual seja a formação de negros intelectuais a partir de sua entrada, formação e permanência nas universidades brasileiras e ou estrangeiras. Desse modo realizo um breve diálogo com alguns/algumas pesquisadores(as) que avaliam a histórica formação e contribuição de negros e negras pesquisadores(as) para a construção do que podemos denominar “nova categoria de negros intelectuais” constituída a partir de uma consciência epistêmica genuinamente afro-brasileira formada nas Universidades brasileiras.

É o caso, por exemplo, da análise que Moema de Poli Teixeira faz em *Negros na Universidade: Identidade e Trajetórias de Ascensão Social no Rio de Janeiro*. Com o objetivo de “oferecer subsídios para a compreensão de um outro lado (da história), ou seja, o daqueles que conseguem passar pelo estreito “gargalo” que caracteriza o processo seleção aos graus mais elevados de ensino no Brasil” (Teixeira, 2003, p.14). A pesquisa foi realizada durante os anos 1992, 1994 e 1995 numa Universidade pública porque “pelo seu caráter público, portanto, gratuito, transforma-a numa possibilidade ampla e democrática cuja aprovação no exame vestibular tem, por definição, a chancela do governo na lisura dos exames e no preenchimento das vagas” (Teixeira 2003, p. 35).

O público alvo na análise de Teixeira, foram alunos e professores cujo perfil étnico-racial se enquadra como sendo **negro (a), branco (a)** incluindo também o tipo étnico-racial que se convencionou identificar por **mulatos (as), pardos (as)**. Além disso, a análise inclui a relação entre os cursos e os grupos étnicos acima destacados. E é transparente a grande discrepância entre os cursos e as vagas ocupadas por estudantes negros (as), mulatos (as) e pardos (as) cujo produto da soma está muito aquém do número de vagas ocupadas por estudantes identificados como brancos (as).

Desse modo, os dados produzidos por Teixeira (2003) referentes aos anos de 1992/1993/ e 1994 revelam cenários característicos de uma sociedade excludente, desigual e segregada. Apontam diversos aspectos culturais, sociais e econômicos daquele momento, e confirmam, inclusive, uma certa tradição segregacionista e racista nas universidades brasileira que, conseqüentemente, orienta-nos a um entendimento melhor sobre alguns aspectos históricos no que diz respeito à inserção de negros e negras no ensino superior, além

de servir como uma baliza temporal para avaliar certas particularidades no processo de formação de intelectuais negros (as).

José Antonio Marçal em “A formação de intelectuais negros(as), sob as perspectivas das “Políticas de Ação Afirmativa nas universidades brasileiras”, afirma que: “Estamos em um novo momento histórico no que diz respeito à superação das desigualdades raciais. E todo novo momento histórico impõe aos homens e mulheres novos/ velhos desafios” (Marçal, 2012, p.13).

A análise de Marçal (2012), entretanto, tem um diferencial em relação a Teixeira (2003), pois além de uma distância temporal, traz também uma diferença circunstancial, por estar inserida em um contexto político específico onde as políticas de ações afirmativas, simbolizadas pelo sistema de cotas encontram-se em avançado processo de implantação nas universidades brasileiras. E que a distribuição dos estudantes por cor deixa claro um quadro mais aberto a análises por comparação entre a população negra por Estado, o número de vagas ocupadas por negros(as), e o déficit de ocupação.

A partir dos dados apresentados por Marçal (2012), e comparados com os dados verificados no volume dois (2), na coletânea “Ações Afirmativas no Brasil: Reflexões e desafios para a pós-graduação” (2000-2010) é possível inferir que há uma relação de causa e efeito do primeiro para o segundo caso. Ou seja, as distorções mostradas por Marçal (2012) referentes ao acesso de negros (as) para a graduação, podem ser observadas também no que se refere ao acesso do mesmo público aos programas de pós-graduação.

Apesar de ter havido uma expansão da Pós-Graduação no Brasil nas últimas décadas, esta expansão foi marcada por processos desiguais nas suas implementações e distribuição, desta forma os cursos de pós-graduação ainda são marcados pelas desigualdades raciais tanto nos seus acessos, quanto na permanência, dadas as dificuldades encontradas pelos negros(as) para adentrar e desenvolver suas pesquisas nos programas onde se encontram.

Assim, a ausência e a invisibilidade dos negros - seja como professores, seja como estudantes faz parte da realidade de grande parte da pós-graduação no Brasil -, ausência e invisibilidade que já vem na esteira das diferenças raciais dos acessos e processos anteriores de escolarização em todos níveis de ensino.

Os programas de pós-graduação no Brasil começam a surgir nos anos 1930 e o seu reconhecimento foi implantado na metade da década de 1940 e início da de 1950. Nesse período, eram frequentes os convênios com universidades estrangeiras (enviando estudantes para o exterior e recebendo professores estrangeiros aqui no Brasil) para obtenção da titulação. Somente em 1965 foram definidos os níveis e finalidades da pós-graduação no

Brasil, por meio do Parecer n. 977 do Conselho Federal de Educação, cujo relator foi Newton Sucupira, que estabeleceu dois tipos de pós-graduação: a *lato sensu*, voltada à formação de um profissional especializado em determinado ramo; e a *stricto sensu*, com objetivo essencialmente científico (BRASIL, 2017).

Desta forma, desde sua criação, a pós-graduação no Brasil se constitui num espaço privilegiado de produção de conhecimento reconhecido como científico e tecnológico que orienta e dita as regras da Ciência e tecnologia, saindo das suas fileiras as vozes e saberes autorizados e financiados pelo poder público para ocupar os lugares de liderança, produção e reprodução de bens materiais e imateriais.

E é nesse espaço privilegiado de produção de conhecimento que se percebe o reflexo do desequilíbrio de uma sociedade, como a brasileira, na qual os processos de formação institucionais estão baseados em modelos racializados, onde a “raça branca” se auto declarada superior e ver a “raça preta” como inferior – se bem que essa separação entre raça preta (inferior) e raça branca (superior) tem gerado debates bastantes controversias a partir do próprio conceito de raça, mas não pretendo abrir um debate agora sobre essa questão porque extrapolaria os limites desta monografia.

O debate sobre a (in)visibilidade dos(as) intelectuais negros(as) está indubitavelmente ligado aos espaços institucionais de formação, porque através deles é possível acessar os recursos teórico-metodológicos que possibilitam quebrar, “os paradigmas de interpretação do mundo, da realidade do mundo, e da nossa realidade brasileira sempre filiada a uma tradição branca -europeia, católica, etc. e tal.” (Mattos, 2024)¹¹. E não será possível discutir essa invisibilidade sem tocar com o dedo na velha ferida – o racismo - da alma da sociedade brasileira. Um racismo que custou caro tanto àqueles africanos escravizados no período colonial, quanto a seus descendentes que passaram a ser considerados como - parafraseando Frantz Fanon – os condenados da terra.¹²

Essa afirmação traz consigo um simbolismo que conduz a significados complexos que sugerem interpretações que vão além do literal. Ou seja, os significados dessas duas palavras- acredito - são suficientes para entendermos o quão complexo é o conhecimento e sua produção. Desse modo, compreender e assimilar os intelectuais brancos sob a ótica de uma tradição ocidental, suponho estar dentro de um padrão de mentalidade tal, que buscava impedir quaisquer objeções entre seus apoiadores e opositores.

¹¹ Entrevistado 1 – Professor Dr, Wilsom Roberto de Mattos

¹² FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

Agora, apresentar os (as) intelectuais negros (as) como uma categoria que traz na sua trajetória a tradição de lutas antirracistas, que de geração em geração foi aos poucos transpondo barreiras físicas e ideológicas imposta à estes “condenados da terra”.

Então, esse paralelismo entre intelectuais de tradições antagônicas é uma realidade muito ligada também às políticas de acesso ao ensino superior no Brasil, inclusive nos Programas de Pós -Graduação. A popularização dos Programas de Pós-graduação no Brasil é bastante recente principalmente quando se toma como base o Programa Equidade no acesso à Pós-graduação lançado em 2001, apoiado pela Fundação Ford e realizado pela Fundação Carlos Chagas. O Programa Equidade funcionou como parte das Políticas de Ações Afirmativas para acesso de negros (as) e de indígenas em universidades brasileiras, envolvendo várias universidades públicas do Brasil com a missão de reduzir, ou pelo menos, corrigir parte das históricas distorções no acesso aos programas de Pós-graduação.

Essas políticas de redução dessas distorções denunciam o quanto ainda o Estado brasileiro conserva do perfil de um modelo de educação da era colonial construída sobre uma plataforma segregacionista que servia para apontar quem era cidadão e quem era escravo. O efeito desse modelo de educação pode ser percebido claramente ainda hoje.

Ainda nos dias atuais os(as) estudantes aprendem e são levados a repetir discursos negativos e inferiorizantes sobre os(as) negros(as). Ora, cresceram ouvindo e discutindo, tanto na escola quanto fora dela, somente esse lado da história sobre nossos ancestrais e sobre nós também. Assim como esses estudantes, muitos outros negros também compartilham do mesmo pensamento. O acesso de negros e negras ao ensino superior e a pós-graduação, com possibilidades de construção e veiculação dos seus discursos é uma forma corrigir essa imagem identitária negativa que a grande maioria dos afrodescendentes ainda conservam sobre si mesma e sobre seus antepassados.

É imperativo que se busque novas estratégias e novos paradigmas para a (re)construção de novas e positivas identidades dos afro-brasileiros, certamente que esse é um processo demorado, porque o racismo está sendo reproduzido e reinventado constantemente por uma parte da sociedade que necessita nutrir o status de superioridade e sempre que essa condição se encontra sob a ameaça, como por exemplo, pelas Políticas de Ações Afirmativas, novas e criativas formas de sabotagem são inventadas. Desse modo, políticas de acessos aos programas de pós-graduação são postas a certas provas de resistência de cunho ideológico – conservador, pelas elites que detestam quando um “negrinho(a)” vão dividir o banco de uma faculdade de direito, por exemplo, com um “branco(a) educado(a)” desde o ventre, como suposto (a) dono (a) natural daquele espaço.

O relatório “Ações Afirmativas no Brasil” publicado em 2016, apresenta dados produzidos em pesquisas realizadas a partir de meados dos anos 2000 apontam um crescimento da representatividade de pesquisadores negros na Pós-Graduação entre os anos 2001 e 2013 em que a presença de pretos e pardos em cursos de Pós-graduação passou de 48,5 mil, para 112 mil representando uma porcentagem de 28,9%. – é possível que esses dados sejam menores quando separados pretos de pardos. Por outro lado, contrariando esse avanço, o número de brancos passou de 218, para 270,6 mil. Não é necessário analisar esses dados de modos esmiuçados para se concluir que as diferenças continuam absurdas.¹³

Observando esses dados e comparando – os com os depoimentos dos entrevistados(as) chegaremos a conclusões semelhantes:

É uma presença ainda muito, na minha opinião, insignificante, no sentido não da qualidade, mas no sentido da quantidade. Eu acho que ainda é muito pouco, se a gente considerar a população negra brasileira. Então ainda somos muito poucos nesses programas. Então, não difere muito em termos de quantidade considerando que nós somos um país de maioria negra. E aí, leia-se o que o IBGE considera pretos e pardos, né? Que se a gente for pensar direito, ainda tem uma diferença, e grande se a gente vou falar de preto. (Prof. Suely)

Considerando que as disparidades da representatividade nos programas de Pós-Graduação entre a população negra e a população branca continua tão abismal podemos questionar a eficácia das atuais Políticas de Ações Afirmativas em busca de uma equidade no ensino superior. Por outro lado, não podemos deixar de considerar que no Brasil a sociedade, em geral, ainda respira as poeiras do sistema colonial, que continuam impregnadas nas instituições educacionais desde o ensino básico até suas instâncias superiores. Contudo, historicamente foram construídos enfrentamentos e ações antirracistas dentro e fora dos processos formais de educação, assim, ontem e agora podemos dizer:

[...] que existem intelectuais negros, preocupados com a questão da nossa identidade e preocupados também com a questão de construção de uma consciência civilizatória antirracista, que faça com que a sociedade se aperfeiçoe cada vez mais, até chegar ao ponto em que a cor da pele não tenha nenhum significado do ponto de vista de organizar as relações sociais, relações de poderes e relações interpessoais. (Mattos, 2024).

¹³ <https://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/wp-content/uploads/2019/01/Relat%C3%B3rio-Anual-do-Programa-de-A%C3%A7%C3%B5es-Afirmativas-2016.pdf>. 25/06/2024.

Os desafios colocados pelas lutas antirracistas estão postos também sobre as plataformas de representatividades nas políticas partidárias, um espaço privilegiado onde bem poucos intelectuais negros (as) tiveram/têm acesso. Após muitas lutas e embates em parceria com os movimentos negros organizados conseguimos construir uma representatividade antirracista no congresso brasileiro através da formação da bancada negra E essa visibilidade encontra referência também no campus V da UNEB em Santo Antonio de Jesus, onde

[...] nós temos uma inserção, na vida cultural, educacional, e até política da própria cidade, nós temos, o exemplo do vereador, em Santo Antônio de Jesus, o vereador Wanderley Cardoso, um dos vereadores eleitos pelo PT, já está no terceiro ou quarto mandado, que foi nosso aluno lá no curso de história, é negros também”. (Mattos, 2024).

Isso nos torna mais esperançosos, considerando que as lutas dos poucos parlamentares de outras gerações que deram suas vidas em prol de pautas antirracista, geraram frutos, congressistas como Abdias Nascimento - senador 1991 e 1992 e de 1997 a 1999 - e Benedita da Silva- deputada federal, por exemplo, são provas de que

Não é um detalhe para democracia brasileira a gente ter agora uma bancada negra institucionalmente representada na Câmara dos Deputados”, disse. “Parlamentares negros vão ter um espaço institucional para organizar as lutas e demandas da população negra, com voz e voto no colégio de líderes, incidindo sobre as matérias que vão ser votadas nesse Parlamento. Isso é histórico” (Deputada Talíria Petrone). Fonte: Agência Câmara de Notícias

Ainda assim, a política representativa continua sendo um espaço privilegiado para pessoas brancas.

Talvez, para chegarmos ao nível de relações sociais proposto pelo Professor Wilson Mattos - até chegar ao ponto em que a cor da pele não tenha nenhum significado do ponto de vista de organizar as relações sociais, relações de poderes e relações interpessoais, se, observamos as relações de poder na atualidade, concluímos que será uma viagem turbulenta. Quando percebemos o crescimento no número de

simpatizantes das ideologias de extrema direita no país podemos imaginar que o embate será intenso. Porque extremismo e autoritarismo estão apoiados sobre plataformas políticas completamente antagônicas ao estabelecimento de sociedades igualitárias e equânimes.

Essa constatação está fundamentada nos fatos ocorridos a partir de 2018 ano em que Jair Messias Bolsonaro – representante de ideologias de extrema direita - foi eleito ao cargo de presidente da república brasileira com vigência de 2018 a 2022. Durante esse período, os recursos destinados ao ensino superior sofreram uma redução inconcebível para o regular funcionamento das instituições. Conseqüentemente, os Programas de Pós-Graduação - mestrado e doutorado – das instituições públicas foram gravemente afetadas, ao ponto de que em algumas universidades pesquisadores(as) foram obrigados(as) a interromperem os trabalhos por falta das verbas que deveriam ser obrigatórias por lei.

Não tenho, no momento, condições técnicas para fazer uma avaliação mais profunda sobre os efeitos dos cortes do montante das verbas que por lei seriam destinados à manutenção e permanência dos estudantes nos Programas de Pós-graduação, mas como graduando do curso de História no Campus XIV da Universidade de Estado da Bahia, percebi o esvaziamento das salas, por meio das desistências de alunos(as), dos cursos de História, Comunicação, inglês e Letras, pela falta de cobertura dos programas de permanência para estudantes de baixa renda. E os(as) estudantes que recebiam a bolsa se viam constantemente ameaçados(as) a desistir do curso por conta das notícias que corriam denunciando que o programa de bolsa de permanência estava entrando em colapso por falta de dinheiro para repassar aos bolsistas. Isso comoveu e mobilizou a comunidade acadêmica no país inteiro a pressionar e exigir dos representantes políticos uma solução para o problema.

Penso a promoção da equidade entre negros(as) e brancos(as) passa pelo acesso aos Programas de Pós-Graduação no Brasil, e também pelo ativismo responsável e consciente na luta antirracista, compartilhando das experiências de

[...] vários intelectuais, políticos, militantes intelectuais negros com produção. Nós podemos nos inscrever, nessa tradição, nós podemos nos inscrever numa tradição de militância negra, com múltiplas influências, mas que se desenvolve aqui no Brasil, pelo menos desde, digamos, desses intelectuais ativistas do início do século (XX), que militaram nos jornais, militaram nas associações, nós podemos nos inscrever

numa tradição de militância ativa dos Estados Unidos, por exemplo, do Movimento dos direitos civis, , Malcolm X, Martin Luther King. Enfim, aqui no Brasil, nós temos os nossos intelectuais, como o Abdias Nascimento, como Manuel Querino, como Clovis Moura, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Neusa Santos, vários (as) intelectuais, homens e mulheres negros (as). (Mattos, 2024).

Esse é um processo que se retroalimenta. Quer dizer, na proporção que novas políticas de Ações Afirmativas vão sendo implementadas criando outras condições de acessos e permanências para negros e negras ao ensino superior, novos(as) agentes políticos estarão sendo formados(as) para ampliar o leque representativo da população excluída. Mas essa é uma caminhada dura e penosa porque estaremos sempre sendo desafiados(as) a lembrar os efeitos da brutalidade que os(as) africanos sofreram.

Primeiro, a brutalidade por terem sido escravizados(as) no momento em que capturados(as) e transportados(as) à força para outro mundo, tiveram suas almas arrancadas dos seus corpos e levados(as) à condição de sub-humanos, lutando contra a invisibilização e negação das suas histórias, suas culturas, suas artes, ciências, filosofias, seus conhecimentos em geral.. Segundo, quando imputando a seus descendentes uma certa condição de deserdados de memória e história – para retornar a Fanon (2005), “Os condenados da terra”. Não permitindo e/ou dificultando a reconstrução de suas identidades a partir de uma educação inclusiva e multicultural.

Não é nada fácil suportar a sensação de “não ser”, de não estar, de ter que administrar o sentimento de sempre estar deslocado (a), como um acorde no lugar errado na harmonia. Esses são alguns dos efeitos da brutalidade social, cultural, econômica e política que os(as) afrodescendentes sofrem a séculos. Penso ser muito importante incluir esse debate em uma pauta construída com certa transversalidade que permita a obtenção de um panorama da luta ininterrupta, independente de qualquer mudança de contexto histórico, uma vez que o africano não vai deixar de ser africano, essa condição se aplica também a afrodescendentes, pois “*Onde quer que vá, um preto permanece um preto*” (FANON, 2008).

Entendo que a referida citação não representa uma condição ou proposição de caráter reducionista, mas sim, a imposição de um discurso construído a partir de nuances pragmáticas em que o(a) negro(a) está constantemente sofrendo algum tipo de sabotagem – isso também é um modo de brutalizar institucionalmente. Aliás, a criação de leis que estipulam a obrigatoriedade de cotas para negro(as) em instituições

privadas e estatais de ensino superior é uma prova muito forte do desequilíbrio social, no Brasil, baseado na formação racializada da sociedade brasileira onde a hierarquização entre raça preta (inferior) e raça branca (superior) tem gerado debates bastantes controversos a partir da própria ideia de raça.

Esta hierarquização insiste em classificar as pessoas pela cor da sua pele, pelos seus grupos de pertencimento do ponto de vista étnico e cultural, afirmando a supremacia dos brancos na construção material e intelectual das sociedades. Mas, apenas pelo fato de existir intelectuais negros(as) já nos revela muito sobre a nossa capacidade intelectual como uma importante dimensão da contribuição negra, que atravessou o atlântico nos porões dos navios negreiros e fincou raízes no Brasil. E foi a partir dessa tradição que, vez por outra, aqui e acolá surgiram movimentos de revolta e de afirmação da diversidade como uma poderosa arma contra a homogeneização e centralidade do sujeito branco como único construtor da história.

Tanto que para evitar esses tipos de movimentos, autoridades coloniais chegaram a proibir o desembarque no Brasil de africanos identificados como letrados e também a entrada de livros suspeitos de haver conteúdos que lembrassem palavras como “liberdade”. Então, já era de conhecimento das elites coloniais do Brasil a grande capacidade intelectual dos africanos, entretanto, era crucial para a manutenção da exploração o uso de mecanismos capazes de manter controle da mente e do corpo do(a) escravizado(a) forçando-os(as) a crerem que ser escravos(as) foi uma escolha de Deus.

É muito triste, mas o fato é grande parte dos(as) negros(as) conhece muito pouco da sua ancestralidade, da história da população negra no Brasil e das tradições milenares dos povos negros no mundo. Contudo, podemos afirmar a presença do movimento de pessoas negras no enfrentamento destas práticas discriminatórias e na construção de espaços e discursos de autorias negras que buscavam denunciar o racismo e construir possibilidades, como bem demonstraram os entrevistado(as):

No início do período republicano já se tinha uma série de pessoas negras que refletiam sobre essa condição, as pessoas se organizaram através de associações, clubes de recreação, em escolas de samba, etc. E já pensava, tinha inclusive, a imprensa negra, que, no final do século XIX e início do século XX. Onde os negros refletiam sobre nossa condição. E engajados nesses processos a gente não pode dizer que era uma luta antirracista ainda, mas eram de denúncia e de afirmação da negritude, da identidade, etc. [...] E aí, essa tradição ela vem se desenrolando ao longo dos anos, vai cada vez se

especializando mais e a gente vai tomando conhecimentos também [...].(SANTANA, 2024).

Desse modo, estudar intelectuais negro (as) em conformidade com a linha de pesquisa do PPGHIS V – Programa de Pós-graduação em História do Campus V (cinco) – é (re)ativar uma conexão com uma tradição que não deveria ter sido quebrada. Nas entrelinhas de “o Genocídio do Negro Brasileiro”, Nascimento (2016), reivindica e ao mesmo tempo promove essa conexão necessária para mostrar até aonde pode chegar esse “racismo mascarado” que não respeita fronteiras.

A análise dos(as) intelectuais negros(as) sob o viés da (in)visibilidade nos ajuda a compreender que também a presença, a interação verbal, comunicativa entre intelectuais e alunos(as) orientandos(as) é uma forma positiva e produtora. Esta presença e comunicação, no que diz respeito às temáticas negras, pode ser ilustrada pelas falas da entrevistada, professora do Campus V/UNEB:

[...] o pessoal da área de letras, muitas mulheres maravilhosas discutindo coisas fantásticas, homens fantásticos também. A gente tem letras, a gente tem geografia com referências importantes, história também, a administração é um curso que você não vê tanto, mas você vê um ou outro professor, mas nos cursos História, Geografia, Letras, você vê numa dimensão mais ampla.” (MACHADO, 2024).¹⁴

Hoje eu percebo que essa visibilidade é muito maior, eu vejo várias mulheres negra, maravilhosas discutindo, discutindo o feminismo negro. Isso é uma questão muito mais contemporânea do que foi da minha geração para trás, e hoje eu acho que a gente discute essas questões a partir de outros olhares, de outras epistemologias, de outras configurações, mas eu acho que dentro da pós-graduação, dentro da ciência, nunca faltou homens e mulheres negras, principalmente os homens, só que eu acho que a visibilidade e a desigualdade e o próprio racismo que não possibilitava que essas pessoas se posicionassem como hoje a gente se posiciona, ainda que enfrentemos diversas dificuldades ao longo de nossas trajetórias (MACHADO, 2024).

¹⁴ Entrevistada 3 – Profª Drª Ana Rita Machado

Sobre essa visibilidade presencial, do meu modo de entender, é um tipo de contato em que ocorre uma certa troca de energia positiva – atrativa- em alguns casos e negativa – repulsiva - em outros casos. Me recordo da minha reação – positiva - quando, no início da graduação, a Professora Marluce – hoje minha orientadora - entrou na sala para lecionar, senti uma proximidade tão familiar e ao mesmo tempo um estranhamento. Eu nunca tinha visto uma professora universitária negra, daquele momento em diante percebi que ali também é o meu lugar. Assim,

[...] eu acho que, a gente já está ali, produzindo um efeito dentro da sala de aula, com nossos corpos negros, com a nossa forma de pensar, com os nossos cabelos, com nossas roupas, com nossos discursos, (MACHADO, 2024)

Indubitavelmente, a formação do (a) intelectual negro (a) acontece a partir de um processo interativo complexo que está para além do uso dos livros e que supera determinadas imposições de presenças em espaços previamente determinados, por exemplo

Na Bahia a gente tem, talvez o orgulho, não sei se essa seria a palavra, de elegermos uma mulher negra para a reitoria da UNEB. Hoje uma outra mulher negra na UFRB, aí diz assim: a primeira reitora negra. Mentira, a primeira reitora negra na Bahia foi a Ivete Sacramento, e ainda tem a questão da invisibilidade e da falta de memória que as pessoas têm. (Prof. Ana Rita).

Décadas atrás era inconcebível uma intelectual negra ocupar um cargo tão importante como a reitoria de uma universidade. Essa é uma forma de se quebrar estigmas racistas ainda cultivados na nossa sociedade.

Podemos então afirmar que negros(as) universitários(as), na graduação ou na pós-graduação enfrentam muitas dificuldades, para além do acesso aos seus cursos e por isto, adotam variados repertórios e aprendizados que selecionam para fins de atuarem politicamente no espaço acadêmico. Um aspecto importante nas ações desenvolvidas nas universidades, neste, é o entendimento de que as relações no ambiente universitário, precisam ser pensadas e dinamizadas a partir de uma ótica racializada, como elas se apresentam, ou seja, a raça é necessariamente uma categoria

mobilizadora das ações desenvolvidas, ainda que de forma articulada com outros marcadores sociais, a exemplo de cor, gênero, sexualidade, classe e geração.

O acesso e permanência na graduação e mais especificamente na pós-graduação – objeto dessa reflexão – exige dos(as) negros(as) que compõem as fileiras destes cursos/programas um enfrentamento constante e a (re)produção dos seus conhecimentos em ambientes conflituosos e até mesmo, por muitas vezes violento. A busca pela autonomia e o empoderamento remontam a criação de coletivos negros, que embora não possa fugir do conflito, são construídos e funcionam através da cooperação, do diálogo e do aprendizado diário.

As organizações coletivas negras, dentro e fora das Universidade desempenham ações, e (re)inventam conhecimentos para atua na luta antirracista:

“[...] que nós temos de mudar os paradigmas de interpretação da realidade brasileira de uma forma geral e na realidade mundial. Durante muitos séculos os paradigmas de interpretação do mundo, da realidade do mundo, e da nossa realidade brasileira, sempre se filiava a uma tradição, uma tradição europeia, uma tradição branca europeia, católica, etc. e tal. E hoje com a presença dos intelectuais negros nas universidades, com outras demandas, com essas questões de identidade, com essas questões de diversidade, a gente está um pouco criando novos paradigmas de interpretação das nossas realidades”. (MATTOS, 2024)

A importância de discutir e avaliar o processo de formação intelectual do(a) negro(a) se dá por uma necessidade histórica no processo de formação de uma outra identidade negra ou afrodescendente, contrária àquela construída a partir de conceitos deturpados propositadamente via um modelo epistemológico colonialista e, por isso desumanizante, em que desde nossos(as) ancestrais somos taxados como destituídos de capacidades intelectuais.

“[...] que nós temos de mudar os paradigmas de interpretação da realidade brasileira de uma forma geral e na realidade mundial. Durante muitos séculos os paradigmas de interpretação do mundo, da realidade do mundo, e da nossa realidade brasileira, sempre se filiava a uma tradição, uma tradição europeia, uma tradição branca europeia, católica, etc. e tal. E hoje com a presença dos intelectuais negros nas universidades, com outras demandas, com essas questões de identidade, com essas questões de diversidade, a gente está um pouco criando novos paradigmas de interpretação das nossas realidades”. (MATTOS, 2024).

É interessante observar que a mudança das regras que impediam o ingresso de negros e negras às universidades públicas especificamente, se deu porque já não era mais possível sustentar esse discurso ideológico mentiroso e racista posto sob o véu de um bem-viver entre branco e negros no Brasil. Para desvelar essa mentira nunca cessou o ativismo político de intelectuais negros(as).

A existência da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) Brasileira - ABPN, e da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia – APNB, por exemplo, adensaram a produção de discursos, as proposições, as ações e os debates na luta antirracista fora e dentro das Instituições de Ensino, particularmente no ensino superior – graduação e pós-graduação. Estas Associações juntamente com os Núcleos Afro-brasileiros – NEAB's contribuíram de forma inquestionável com a criação, implantação e implementação do sistema de cotas e das ações afirmativas para os negros(as) adotadas pelas universidades.¹⁵.

¹⁵ Sobre estas Associações e os NEAB's trataremos um pouco mais no próximo capítulo.

Capítulo 2

(In)Visibilidade dos(as) intelectuais Negros(as) no PPGHIS/UNEB

Neste capítulo foi dado destaque à questão principal, fio condutor dessa análise, traduzida em avaliar a visibilidade/invisibilidade dos intelectuais negros (as) no Programa de Pós-Graduação em História –PPGHIS. As reflexões têm como pano de fundo as entrevistas realizadas com intelectuais negros(as) que atuam neste programa em diálogo com pensamentos de outros(as) autores(as) que discutem pontos de natureza semelhante.

O debate sobre a (in)visibilidade do (as) intelectuais negro (as) se mostrou como uma pesquisa bastante desafiadora por se tratar da problematização sobre uma categoria cuja nomenclatura ainda é pouco difundida, e muitas vezes não reconhecida no seio da nossa sociedade como um todo em virtude do longo processo de colonização e segregação racial em que um dos principais mecanismos de dominação e escravização de negros e negras foi a negação da sua capacidade intelectual. Por isso é um tema que põe em evidência o lado extremamente sensível de quem luta diariamente contra o apagamento, a invisibilidade e o racismo que culminam na negação do reconhecimento e dos prestígios sociais da população negra.

É possível considerar como um outro grande desafio colocado para esta discussão é sua chegada até as salas de aula, em todos níveis do ensino regular para que não fique restrita ao espaço acadêmico, porque só assim – acredito- será possível reconstruirmos a nossa identidade e afirmação da nossa contribuição na construção da humanidade, enquanto sujeitos históricos.

A visibilidade não se concretiza apenas sob o ato de ver ou enxergar. Neste caso, a visibilidade encontra sua concretude quando acompanhada do ato de sentir, perceber, notar a presença, o valor do outro como ser pensante em contínuo processo de formação intelectual. Do seu contrário, quer dizer não querer enxergar o outro, não sentir a sua presença. Não respeitar as diferenças é estar de forma deliberada praticando o invisibilismo do outro. Talvez esse termo soe estranho, mas, creio não se tratar de neologismo, entendo que é um termo que pouco usado na sua forma escrita, contudo, pode ser traduzido na prática racista ao longo de séculos de história, quando

o assunto diz respeito ao reconhecimento das contribuições dos povos negros e de seus saberes.

Não podemos esquecer que a população brasileira tem a peculiaridade de ter sido formada a partir do sistema colonial moderno, o que se deu principalmente pelas tentativas da supressão identitária dos povos nativos em prol da imposição de identificações externas, foi o caso das Américas, em relação aos povos indígenas e também de povos da África, que, diferentemente dos autóctones americanos foram transformados em mercadorias “tipo exportação” e lançados à condição de invisíveis, a um estado de coisa semelhante a um “não ser” na medida em que eram transportados em navios negreiros via oceano atlântico que, aliás, acabou se transformando, no imaginário africano, em um caminho para a morte, mas não na morte física e sim em um modo mais cruel de morte que é estar distante de suas ancestralidades, de modo que viver, morrer e ser sepultado em terras não africanas era como que morrer duas vezes. Nesse sentido identidade e visibilidade acabam sendo sinônimos de existir, de ser, continuar e resistir as mais danosas condições de vida e invisibilidade.

Sendo assim, a visibilidade, e seu oposto, está numa relação intrínseca ao evento presença/ausência de negros e negras na universidade, enquanto intelectuais, estudantes, professores(as) e outros(as), sendo dinamizadas pelas formas como as relações e oportunidades são estabelecidas, hierarquizadas ou não.

As relações estabelecidas nos processos de formação acadêmica - tanto na graduação quanto na pós-graduação - representam um ponto de partida, um referencial importante para estudantes negros(as) que se encontram em um constante processo de (re)construção de identidades, construindo novas problemáticas e indagações fundamentadas em princípios, valores e conhecimentos (re)apresentados nos ambientes acadêmicos.. Essa dinâmica flui para outros espaços externos à universidade, muitas vezes gerando estranhamentos e desvelando o racismo velado, quando tudo o que o “branco” faz e quer não é acatado, quando explode o desejo de se autorizar a dizer “sim” ou “não” e ousar assumir seu lugar de fala como intelectual e pessoa humana.

Durante a segunda metade do século XX e início do século XXI é possível, afirmar a presença negros(as) no ensino superior brasileiro, particularmente nos cursos de graduação. Mas, por outro lado, tais dados revelam também, quando avaliado sob a luz da proporção entre os que superam a peneira do vestibular e a grande maioria descartada, profundas distorções no acesso às graduações provocadas por um certo tipo de racismo sistêmico muitas vezes difícil de ser identificado justamente por estar camuflado sob o discurso de sermos uma sociedade multicultural e por isso, vivendo uma democracia racial.

Assim, para refletir sobre a presença, a ausência, a atuação dos intelectuais negros(as) na pós-graduação é necessário compreender determinados aspectos da presença, ausência e atuação de estudantes negros(as) na graduação. Ademais, é importante lembrarmos mais uma vez, que estou dialogando levando em consideração o conceito de intelectuais proposto por Macêdo 2020 indicando aqueles indivíduos que dominam os instrumentos teórico-metodológicos de produção de conhecimento e sua divulgação a partir de seu pertencimento racial. E o acesso a esses instrumentos encontram-se condicionados à presença no ensino superior - que define para se chegar a uma pós-graduação a obrigatoriedade de ter concluído uma graduação.

Essa condição fundamental para a formação de um intelectual e a tipificação deste intelectual está intimamente ligado à construção ou identificação de uma identidade em comum, no nosso caso uma identidade circunscrita à sua condição de negro(a), gerando assim o termo categórico intelectuais negros(as), que têm compromisso com as causas antirracistas, que coloca o pensamento, as atividades, sobretudo a sua atividade profissional e ativista a serviço da valorização das populações negras de um modo geral. Lógico que essa pauta antirracista não é de uma construção recente, mas podemos estabelecer o período do seu recrudescimento durante a fase abolicionista no Brasil e que continua ainda hoje em pleno século XXI. Para Mattos:

Se nós somos intelectuais negros, ou negros intelectuais, tem uma diferença. Negros intelectuais, é aquele que assume primeiro sua identidade de negro. E segundo, a de intelectual, então, o seu trabalho intelectual está todo voltado para essa questão da reafirmação da identidade, para as lutas antirracistas etc. (MATTOS, 2024)

Na entrevista concedida para esta pesquisa Mattos (2024) afirma que a categoria de negros(as) intelectuais refere-se aos negros(as) que têm compromisso com as causas antirracistas e que coloca o pensamento, as ações, suas atividades profissionais e ativistas a serviço da valorização das populações negras. Para ele, esses negros intelectuais sempre existiram e têm uma longa presença na construção do pensamento no Brasil.

No início do período republicano já se tinha uma série de pessoas negras que refletiam sobre essa condição, as pessoas se organizaram através de associações, clubes de recreação, em escolas de samba, etc. E já pensava, tinha inclusive, a imprensa negra, que, no final do século XIX e início do século XX. Onde os negros refletiam sobre nossa condição. E

engajados nesses processos a gente não pode dizer que era uma luta antirracista ainda, mas eram de denúncia e de afirmação da negritude, da identidade, etc (MATTOS, 2024)

No entanto, a presença de um público negro em instituições de ensino superior no Brasil não é histórica, o reduzidíssimo número de intelectuais negros nas universidades brasileiras denunciava o caráter segregacionista da política educacional em uma sociedade majoritariamente preta, como a 50 anos atrás até os dias atuais, isso tudo se traduz em negação, invisibilização, ou em o genocídio do(a) negro(a) brasileiro.(a)

A partir desta política de exclusão, no acesso e na permanência dos cursos universitários e na pós-graduação, esta última de forma mais destacada, formou-se um seletor grupo de intelectuais negros(as), sendo que nem todos(as) estavam disponíveis para abraçar pautas de políticas antirracistas e inclusivas, sendo possível observar que parte destes(as) intelectuais chegavam a negar sua negritude e sua afrodescendência por conta dos estigmas que o ser negro sofria naquela sociedade cujos reflexos dominavam as universidades.

De qualquer sorte, esse seletor grupo de negros que tinha acesso às universidades, quando comparado com a totalidade da população negra era considerado em um patamar do “extraordinário”, da genialidade. “Como se fosse um acaso, uma sorte, ou um milagre”, seu ingresso numa universidade.

Contudo, a presença de um público afro-periférico nas universidades brasileiras não representa o fim dessas instituições, como muito se diz por aí. Mas sim o incremento nas universidades de novos métodos na produção de novos conhecimentos. Dessa forma, o ensino superior se transveste e incorpora em si a complexidade do nosso tecido social e se faz cada vez mais científico e justo.

Mattos (2024) destaca o aumento do número de intelectuais negros(as) nas universidades nas três últimas décadas, principalmente a partir da discussão e da implementação do sistema de cotas, ocupando uma posição de prestígio na produção e emissão de pensamento sobre realidade. Reconhece que embora esta presença seja historicamente recente, se encontra no constante processo de crescimento e também de poder criativo e organizacional:

Hoje, por exemplo, nós temos várias associações, Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, que reúne os pesquisadores em várias áreas do conhecimento, desde o ano de 2000. No ano de 2000, aqui, na Bahia mesmo, tem a Associação de Pesquisadores Negros da Bahia. Nós já temos uma série de organizações, além dos negros que estão presentes em outras organizações intelectuais: nas associações de antropólogos,

associações de sociólogos, associações de historiadores, em várias associações, você tem a presença de intelectuais negros. Então isso, não é uma presença muito antiga, mas é uma presença que tem sido crescente cada vez mais. (MATTOS, 2024)

Sem dúvida, é inegável a presença dos intelectuais negros(as) brasileiros(as) no cenário dos debates, projetos e produções locais, regionais, nacionais, criando possibilidades de diálogos e enfrentamentos antirracistas: no esforço de publicações autorais ou de obras de intelectuais negros(as) “esquecidas”; na realização de eventos, cursos e outras ações que envolvem as atividades de ensino, de pesquisa e extensão nas universidades e fora dela.

No entanto, a Academia foi e continua sendo um lugar de prestígio em que no cerne de suas relações de poder se pauta também e principalmente nos conflitos e tensões em torno do estabelecimento ou da permanência de uma ordem hierárquica que encontra seu reflexo no seu exterior, ou seja, no seio da sociedade brasileira. E a presença de um público negro nesse espaço acaba sendo uma ameaça a mais em favor da quebra dessa ordem. Contra isso se faz necessário, segundo aqueles defensores de um modelo de estado social inflexível, a utilização de estratégias e ações de alto poder destrutivo como a negação do direito de ocupação do espaço acadêmico, a invisibilização, ou até mesmo o apagamento das vozes desses (dessas) intelectuais através de ações que criam empecilhos para suas presenças no espaço acadêmico e assim para disseminação dos seus pensamentos e proposições através da realização de pesquisas e publicação de suas obras.

Sobre a presença de negros(as) na pós-graduação no Brasil, e, entendendo a pós-graduação como um espaço do mais alto nível da formação acadêmica, destinado, até algum tempo atrás, aos brancos das elites brasileiras,. A inserção de negras encontra muitas dificuldades e barreiras:

Na minha visão, a presença, ou melhor a ausência de intelectuais negros, na pós-graduação no Brasil, a gente tem que falar do Brasil, porque é a realidade mais presente para gente, é a realidade que a gente melhor conhece. Para mim é muito semelhante à presença em outros espaços sociais. É uma presença ainda muito, na minha opinião, insignificante, no sentido não da qualidade, mas no sentido da quantidade. Eu acho que ainda é muito pouco, se a gente considerar a população negra brasileira. Então ainda somos muito poucos nesses programas. (SANTANA, 2024)

Santana (2024), ainda amplia essa reflexão:

Então eu ainda considero, logicamente, que se formos comparar isso a 10 anos (de dez anos para cá), digamos assim, diríamos demos um salto, um salto bastante qualitativo, mas considerando a população negra que tem o Brasil isso é muito insignificante. E, isso é um problema para a formação de nossos profissionais. Porque, se nós tivéssemos mais intelectuais negros nesses programas, conseqüentemente, também nós teríamos mais profissionais negros em várias áreas do conhecimento. (SANTANA, 2024).

Esta entrevistada citada acima afirma a universidade como local de prestígio e de reconhecimento da formação profissional, contudo considera que esta formação muitas vezes se distancia de outras experiências de formação e tem grande dificuldade de dialogar com um público diversificado, estabelecendo hierarquias entre os sujeitos e até mesmo entre as instituições de nível superior. Assim, para ela, os(as) negros(as) nem sempre conseguem ocupar os lugares ou as instituições de maiores prestígios devido os níveis de exigências para entrar nestas ter parâmetros não condizentes com a maior parte da formação destinadas a eles(as). No entanto, ela afirma também: “Quando nós temos intelectuais negros nesses programas, acho que o programa tem uma mudança de paradigma muito grande, de valores, de modo de pensar, de leituras, autores. Eu acho que a presença deles tem um significado bastante importante.” Santana (2020)

Ao que tudo indica, não me parece comum a existência de um debate sobre a visibilidade presencial, discursiva e epistemológica dos(as) intelectuais negros(as) no espaço institucional acadêmico em geral ou em específico como no PPGHIS – Programa de Pós-Graduação em História/UNEB. Essa indagação penso ser um ponto de tensão que exige, ao meu ver, uma investigação in loco e mais aprofundada mas, que no momento supera os limites dessa abordagem.

Entretanto, considerando a importância que esta reflexão, ainda que inicial, tem para a ampliação de um debate necessário sobre a presença e a atuação de intelectuais negros(as) nas nossas universidade, para além do impacto da suas presenças físicas:

Experienciar a universidade com o corpo negro perpassa muitos episódios de "Você não é daqui". A trajetória de uma pessoa negra no ambiente acadêmico, assim como em muitos outros, ainda que não seja somente isto, passa por experiências cotidianas de racismos. [...] A branquitude usa do seu lugar de privilégio para se isentar da discussão acerca do racismo colocando este como problema do negro. (PAULA e RODRIGUES, 2024, p.02)

Assim, “o filho é nosso” como diz o ditado popular, ou seja, estamos por nossa própria conta para enfrentar o racismo na Universidade e construir pautas e ações antirracistas. Na perspectiva intelectual, isto quer dizer que, [...] competência epistemológica ou conhecimento teórico e comprometimento político-ideológico são duas condições fundamentais que o intelectual orgânico deve ter para viabilizar o processo emancipatório de um grupo subalternizado” (Marçal, 2012).

Para além dessas condições, os intelectuais negros(as) têm como tarefa, conforme afirma (WEST, 1999), criar e estimular alternativas e práticas que desloquem poderes e práticas hegemônicas através de um trabalho intelectual que envolva práticas engajadas e insurgentes.

Conforme consta no site oficial a UNEB possui 22 (vinte e dois) Programas de Mestrado, 5 (cinco) Programas de Mestrado e Doutorado e 2 (dois) Programas de doutorado, distribuídos em diversos campi, espalhados por todo Estado da Bahia.¹⁶

Além do PPGHIS – que é o objeto deste estudo, destacamos aqui outros Programas de Pós-Graduação na UNEB, cujas áreas de concentração e/ou linhas de pesquisa são voltadas para realização de pesquisa sobre temáticas relativas as populações negras, a saber: *Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Índigenas e Culturas Negras* – situado no DCT – Campus XVI/ Irecê; *Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade* – DEDC – Campus I- Salvador.

De acordo com as informações constantes na página da UNEB é possível afirmar que somente estes programas de pós-graduação apresentam de forma explícita um compromisso com o estudo e o desenvolvimento de pesquisa a partir de temas que abordam as populações negras no Brasil e no mundo. Observando a apresentação das áreas de concentração e das linhas de pesquisa de outros programas, a exemplo dos Programas de História e de Cultura e Diversidade, não é possível perceber se há ou não um diálogo com estas temáticas, as descrições são gerais, com possibilidades de aberturas para inclusão destas pautas, porém, nenhum compromisso assumido nas estruturas dos Programas.

Entendo que um estudo sobre a presença/ausência de Intelectuais Negros(as) na Pós-Graduação na UNEB, de forma geral, abrangendo todos os Programas, poderá oferecer um quadro amplo das inclusão ou não destes intelectuais nas diversas áreas de pesquisa; permitindo o olhar mais aguçado sobre os lugares ocupados pelos(as) negros(as) e quais

¹⁶ <https://ppg.uneb.br/pos-graduacao/>

são as possibilidades reais do enfrentamento ao racismo e de construção do antirracismo nessa instituição.

Contudo, como o foco desta pesquisa é o PPGHIS/Campus V, e, por ser uma pesquisa realizada na graduação, não temos condição de ampliá-la neste momento, mas, temos a pretensão de enfrentar este estudo num futuro mestrado, onde penso continuar e expandir essa reflexão.

De acordo com alguns de nossos(as) entrevistados(as), a exemplo do professor Wilson Mattos e da Professora Suely Santana, a UNEB é uma universidade “preta” ou “popular” devido ao grande número de afrodescendentes, professores(as) e alunos(as), e funcionários(as) que compõem o seu corpo como um todo quer seja na graduação, quer seja na pós-graduação. A UNEB já nasce com a característica de expandir o ensino universitário ao interior do Estado, onde, até então, muitas vezes, pouco ou nunca se tinha ouvido falar em universidade. E esse seu perfil expansionista via multicampia ampliou as possibilidades de estudo e visibilidade das pessoas negras, bem como, a constituição de intelectuais negros capazes e preparados para atuarem inclusive também na pós-graduação.

Conforme nos diz Mattos (2024), desde a implantação do primeiro programa de pós-graduação da UNEB – PPGEDUC - já se tinha a presença de professores(as) negros(as) incorporada nesse programa:

[...] fui professor lá desde início, e esse primeiro programa de pós-graduação já tinha professores negros, vários professores negros. Eu lembro, eu, a professora Ana Célia Silva, a professora Narcimária Patrocínio Luz. Éramos três, se não me engano, três professores negro, o professor Jaime Sodré também colaborava com alguma coisa, enfim, eram professores negros, já no primeiro programa de pós-graduação da UNEB. Tanto que nós tínhamos uma linha de pesquisa, chamada Processos Civilizatórios, Educação e Pluralidade Cultural, e nós mesmos nos concentrávamos neste programa [...] nós tínhamos uma demanda enorme de candidatos negros, eu lembro que eu participei de processos seletivo, e tinha mais ou menos 400 inscritos para 30 vagas, 20, 30 vagas. (MATTOS, 2024)

Segundo Mattos (2024), a UNEB de alguma forma sempre teve a presença de professores(as) negros(as), nos programas de graduação, e também nos programas de pós-graduação, mas sobretudo nas áreas de ciências humanas, onde essa presença é muito grande.

Santana (2024) relaciona essa presença negra a singularidade da UNEB, uma universidade que embora tenha sua gestão central e seu maior campus instalados na capital baiana, desde seu início traz um perfil de interiorização, tanto da graduação, quanto da pós-graduação. Lembra também que a UNEB está localizada no Estado da Bahia, onde a maioria da população é negra, contudo, afirma isto não significa obrigatoriamente uma situação confortável para todos(as) negros(as) presentes nesta universidade:

Na UNEB, essa situação talvez seja um pouco diferenciada de outros centros acadêmicos. Primeiro, por estar na Bahia, né? Um local de maioria negra, o que não significa que não temos racismo. Só que isso não quer dizer que a situação da gente - aí eu me incluo - seja tão confortável como muitos pensam. Às vezes a gente sai daqui, para participar de algum evento fora e não é fácil! [...] eu falo isso como mulher e aí eu já digo, para a gente, mulher, essa situação ainda é mais séria. Então talvez a gente tenha aqui, na UNEB, uma presença maior de intelectuais, na pós-graduação, de mulheres trans. É muito provável, por conta do contexto em que a UNEB está inserida. E aí, as coisas ainda são muito difíceis para a gente também. A gente ainda tem menos oportunidades, continua tendo menos oportunidades, a gente ainda não tem o número de intelectuais, digamos assim, compatível com o número homens e mulheres pretas capazes, competentes. (SANTANA, 2024)

A Professora Ana Rita Machado, também nossa entrevistada, observa que debater a questão racial não é fácil, simples ou natural na pós-graduação, assim como em outros espaços acadêmicos. Para ela:

Ainda tem uma questão, se você é um homem negro, que não discute essas questões, é mais fácil você ser aceito, porque você não está polemizando, mas se você é um homem ou mulher negra, que traz essas questões, aí você é irmão do quilombo, são essas coisas que eu via lá: fulano é irmão do quilombo. Irmão do quilombo? Por que irmão do quilombo? (MACHADO, 2024).

Continua dizendo que a pós-graduação deve ser vista como um dos espaços de nossa sociedade que faz parte de um mundo e não está isolada. Diz ainda que os(as) negros(as) precisam de mais espaço em lugares de poder. Chama atenção para existência de uma “[...] disputa discursiva, principalmente nesse campo, do que a gente chama de feminismo, porque, durante muito tempo, mulheres brancas, mulheres com perfil mais burguês, discutiam o feminismo, dentro de uma lógica muito específica no campo de academia e da produção de conhecimento” Machado (2024).

As reflexões acima nos remete aos preconceitos, discriminações e até mesmo violações que os(as) intelectuais negros(as) precisam enfrentar cotidianamente na execução de seus trabalhos. Disputas muitas vezes desiguais, onde as oportunidades dependem da cor de quem se apresenta. As ironias e dúvidas sobre a competência dos(as) intelectuais negros(as) muitas vezes são construídas no vazio de informações reais, mas, certamente, sustentadas pela presença do racismo, que ainda hoje, atravessa as relações travadas na universidade, até mesmo na UNEB.

Todavia, esta mesma professora nos fala da construção conjunta entre os(as) intelectuais negros(as) como possibilidades de construção de relações mais fraternas e do desenvolvimento de projetos e ações antirracistas que nos humanize e empodere:

Então, eu também me sinto muito feliz na UNEB, como professora, e no curso de história do campus V, porque eu observo uma postura da maioria dos meus colegas, que é uma postura de inclusão dos estudantes. Eles querem construir uma melhor possibilidade, eles não querem negar a esse pessoal a possibilidade e como não negam.(MACHADO, 2024)

O campus V, especificamente a pós-graduação de História PPGHIS, tem uma particularidade circulante em torno do grupo de pesquisa AFROUNEB - Núcleo de Estudos dos Povos Afro-brasileiros - alinhado aos estudos das trajetórias de populações negras que expõe as nuances que permeiam o universo dos(as) intelectuais Negros(as) naquele espaço. E isso possibilita uma aproximação mais estreita com grupos de universitários de outros campi, de outras universidades; de estudantes do ensino regular e da população local, traduzindo em miúdos é uma maneira de se promover a visibilidade em que um dos principais objetivos é a formação de uma consciência identitária..

Em vista disso, muitos dos(as) intelectuais que atuam no referido programa atualmente, em algum momento de sua vida, de uma forma ou de outra, foram influenciados(as) por outros(as) intelectuais que atuaram ou que ainda continuam atuando no PPGHIS V. Quer dizer, essa influente visibilidade dos intelectuais negros(as) é também um modo muito importante de quebra de paradigmas, que se configura em uma dupla via de interpretação da realidade em que vive a população afro-periférica brasileira. Essa interconexão acaba pondo em contato indivíduos em diferentes graus de formação gerando assim, ao mesmo tempo, necessidade e

possibilidade de se transformar as realidades ali envolvidas em criações epistemológicas.

Nisso, portanto, o AFROUNEB exerce um papel preponderante fazendo com que se rompa ou se rasgue o véu que cobre aquilo que pode ser denominada guerra subterrânea recorrente no interior das instituições de ensino superior e nos seus sistemas burocráticos, sempre quando há projetos de implementação e ou de ampliação de novas políticas de ações afirmativas. De tal sorte, que a ideia circulante em torno dessa guerra subterrânea corrobora com o senso comum de que a universidade e suas estruturas europeizadas, não foi planejada visando a inserção de pessoas pretas em seus quadros seja como professores (as), seja como alunos (as).

Além do mais, o AFROUNEB, acredito, reúne intelectuais negros(as) ativistas. E considerando a relação/articulação de alguns destes(as) intelectuais com o PPGHIS, podemos dizer que juntos influenciam uma gama de intelectuais negros(as) atuantes nas mais diversas áreas da pesquisa e do conhecimento. Esses intelectuais também sofrem a influência de outros(as) tantos(as) intelectuais negro(as) tanto do Brasil quanto em de diversos países do mundo, com destaque para países do continente africano.

É preciso considera também o quanto a interação professor(a) & aluno(a); orientador(a) & orientando(a), no campus V, gera um efeito positivo ,uma vez que os(as) estudantes graduados(as) ou já pós-graduado (as) atuarão em suas comunidades potencializando de uma forma ou de outra a visibilidade daqueles(as) intelectuais e dos seus pensamentos

Discorrendo ainda sobre a visibilidade dos intelectuais negros(as) no PPGHIS e também no Campus V, já que não é possível separar esses espaços em termos de ações, o Professor Wilson Mattos nos fala sobre as realizações coletivas destes(as) intelectuais:

[...] no campo V a gente faz semana de consciência negra desde 1994, nesse ano aqui nós vamos para a vigésima quinta edição da semana da consciência negra. Então, já tem essa característica, são professores negros no curso História, no curso de geografia, no curso de letras e no curso de administração. Todos os cursos lá, no campus V tem professores negros (MATTOS, 2024)

Além disso, você tem, a atuação de professores negros que não estão na pós-graduação, mas estão na graduação, em vários projetos de iniciação científica, e vários projetos de extensão voltados para essas populações negras. Então, o campus V eu diria, talvez seja o

destaque na Universidade do Estado da Bahia. Dentro dessa característica geral, de ser uma universidade negra, o campus V talvez seja o maior destaque, da universidade, no trato, com essas questões, a envolver as populações negras. A tal ponto, que tem um programa de pós-graduação, com uma linha de pesquisa, voltada para essas questões (MATTOS, 2024)

Este professor, realça o papel do intelectual negro(a) engajado(a), preocupado em contribuir com a transformação da sociedade brasileira, para transformá-la numa sociedade mais justa do ponto de vista econômico e social, mas, sobretudo, do ponto de vista racial. Aponta para possibilidade de mudança dos paradigmas de interpretação da realidade brasileira de uma forma geral e da realidade mundial, a partir de novas linhas de pensamentos e grupos de estudos que (re)contam e (re)inscrevem sobre as trajetórias dos mais diversos grupos humanos a partir de um deslocamento da centralidade ocidental-europeia. Cita como exemplo *Os Estudos Pós-Coloniais*, que têm contribuído para mudar a perspectiva dos paradigmas de interpretação na realidade brasileira, marcada por uma presença negra bastante significativa. Para ele, nós negros(as)

[...] temos que criar instrumentos teóricos-metodológicos e mesmo filosóficos, nos inspirar nas nossas tradições intelectuais. [...]. Por exemplo, nós podemos nos inscrever na tradição dos intelectuais negros, chamados africanistas, Nós temos vários intelectuais negros africanistas que produziram conhecimentos como Amílcal Cabral, Kwame Nkrumah, nos Estados Unidos, Malcolm X, Angela Davis, Agostinho Neto, na África a Patrice Lumumba, Thomas Sankara do Alto Volta que hoje é Burkina Faso (MATTOS, 2024).

A professora Ana Rita Machado ao falar sobre a (in)visibilidade dos(as) intelectuais negros(as) no PPGHIS e no campo V diz: “Mas, eu acho que a nossa presença, não tem como a gente se esconder, porque nós somos evidentemente negros, né? E a nossa presença é os nossos corpos andando naquela universidade, fica difícil, não ver.”.

No entanto, ela recomenda cautela para esta questão da visibilidade, pois embora haja o reconhecimento das suas presenças físicas existe um racismo subliminar, marcado por atitudes as vezes silenciosas, que intencionalmente procurar desvalorizar, constranger e negar a importância e a contribuição da presença negra nos espaços e ações acadêmicas. Embora admita o crescimento dos(as) intelectuais negros(as) na pós-graduação de história do campus V em quantidade e qualidade diz que em

determinados aspectos a visibilidade destes(as) precisa ser melhorada, a exemplo das políticas de publicação e de fomento para pesquisa. Questiona qual a interpretação e o interesse das instituições de fomento à pesquisa, como a CAPES, na (in)visibilização da presença intelectual negra na produção acadêmica de conhecimento, particularmente no que diz respeito a pós-graduação:

Porque uma coisa é a minha visão, é a minha perspectiva, mas como é que esses dados estão na plataforma, quantos professores negros realmente publicaram? Como é que são? Quantos deles são visibilizados socialmente? Essas pesquisas vão para onde? Chegam à comunidade? Se não chegar a uma comunidade mais ampla, que é a sociedade, chegam ao menos ao grupo qual ele destina o seu trabalho? Se chegar já é uma coisa bacana. Então eu acho que é a pesquisa que vai nos dar até mais balizamento para entender melhor esse processo (MACHADO, 2024).

Com esta fala da nossa entrevistada vamos encerrar, por ora, esta reflexão, entendendo, no entanto, que estamos retornando a um novo começo, pela necessidade de ampliar este diálogo, ocupar os espaços ainda não preenchidos por este estudo, que considero inicial, e aceitar o desafio de buscar respostas para muitas das questões aqui colocadas para além do que apresentamos até aqui.

Neste último capítulo a opção foi privilegiar a exposição das vozes dos(as) entrevistados(as), por serem os personagens centrais do programa pesquisado e pela amplitude e potência dos seus conhecimentos.

CONCLUSÃO

Na verdade esta pesquisa está longe de uma conclusão, penso que este será um momento de pausa, de avaliar o que foi visto e dito e o que ainda será necessário dizer sobre a (in)visibilidade dos(as) intelectuais negros(as) no PPGHIS/UNEB, em outros programas de pós-graduação nesta universidade, considerando as relações e as dimensões internas e externas que envolvem a temática.

Até este momento, este texto representa um grande esforço para dar início uma reflexão que considero necessária no atual contexto da produção intelectual brasileira, que é perceber a partir da experiência do PPGHIS/UNEB o quanto os(as) intelectuais negros(as) são (in)visíveis no seus locais de trabalho, destacando que este local de trabalho é um lugar privilegiado para a produção de conhecimento e autorização das vozes reconhecidas na sua veiculação e reprodução.

Com este propósito, desde a introdução até o último capítulo confluíram para a apresentação e reflexão de informações e diálogos travados ao longo da pesquisa para construção de uma escrita que levasse em consideração suas fontes e interlocutores(as) de forma ética e interessada, no reconhecimento da minha condição de aprendiz, mas também responsável pelo texto que apresento como uma produção intelectual da minha autoria.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, Paulina L. Nacionais – Salvador da Bahia e São Paulo, 1930 – 1945. In: Termos de Inclusão – os Intelectuais Negros Brasileiros no século XX. Campinas, SP, 2017.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HALL, Stuart. Que “Negro” é Esse na Cultura Negra. In: Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte, 2013.
- HALL, Stuart. A Formação de Um Intelectual Diaspórico. In: Da Diáspora – Identidades e Mediações. Belo Horizonte, 2013.
- MACÊDO, Marluce de Lima. Para Efeito de Uma Introdução. In: Intelectuais Negros, Memória e Educação Antirracista – Uma leitura de Abdias Nascimento e Edson Carneiro. Belo Horizonte, 2021.
- MACÊDO, Marluce de Lima. Intelectuais Negros Memória e Educação: Que Memória É Essa? In: Intelectuais Negros, Memória e Educação Antirracista – Uma leitura de Abdias Nascimento e Edson Carneiro. Belo Horizonte, 2021.
- MARÇAL, José Antonio. In: A formação d e intelectuais negros (as): Políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras.
- TEIXEIRA, Moema De Poli. In: Negros na Universidade – Identidades e Trajetórias de Ascensão Social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 20

SITES

Ações Afirmativas promovem inclusão de negras e negros na pós-graduação. In: [bservatoriodasmetropoles.net.br/acoes-afirmativas-promovem-inclusao-de-negras-e-negros-na-pos-graduacao/?utm_source=Boletim&utm_medium=Email&utm_campaign=660&utm_content=Ações%20afirmativas%20promovem%20inclusão%20de%20negras%20e%20negros%20na%20pós-graduação](https://observatoriodasmetropoles.net.br/acoes-afirmativas-promovem-inclusao-de-negras-e-negros-na-pos-graduacao/?utm_source=Boletim&utm_medium=Email&utm_campaign=660&utm_content=Ações%20afirmativas%20promovem%20inclusão%20de%20negras%20e%20negros%20na%20pós-graduação)

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema de pós-graduação colhe informação Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/20337-sistema-de-pos-graduacao-colhe-informacao-com-nova-ferramenta> Acesso em: 13 jan. 2018.

Raça e racismo: histórias ficcionais de corpos negros na universidade. *Rev. psicol. polít.* vol.22 no.54 São Paulo maio/ago. 2022. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2022000200009

ANEXO 1

Lista de Entrevistados(as)¹⁷

Entrevistado 1

Wilson Roberto de Mattos - Atualmente é Professor Titular A da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, atuando como Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. Pós-Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada - UFRJ. É membro fundador da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN e da Associação de Pesquisadores Negros da Bahia - APNB. Conselheiro do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Santo Antonio de Jesus-BA. Tem pesquisa nos seguintes temas: Escravidão, Cultura Negra, Educação e Populações Negras, História da África, Ações Afirmativas.

Entrevistada 2

Suely Santos Santana - Atualmente é professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia/ DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS V - UNEB-DCH e coordenadora do AFROUNEB - Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros - UNEB-CAMPUS V. Conselheira Municipal de Promoção da Igualdade Racial em Santo Antonio de Jesus-BA.

Entrevistada 3

Ana Rita Araújo Machado - professora assistente na Universidade do Estado da Bahia. Atua na investigação das experiências das populações negras no pós-escravidão. Propõe uma abordagem sobre o período buscando novas percepções de protagonismos das populações negras e suas organizações para institucionalizar formas contra-hegemônicas. Atua como assessora de alguns terreiros da cidade de Santo Amaro, buscando construções de políticas públicas que possam amenizar as vulnerabilidades; reconstrução da memória social a partir da inserção de memórias coletivas e experiências de grupos que experimentaram lugares de subalternidades e desigualdades sociais.

¹⁷ As informações sobre os(as) entrevistados(as) foram retiradas dos seus currículos lattes.

ANEXO 2

Roteiro da entrevista

- 1 - Qual a sua visão a respeito da presença, atuação, ausências, e poder de falar dos intelectuais negros (as) na pós-graduação no Brasil?
- 2 - Qual a sua avaliação sobre a pós-graduação na UNEB no âmbito da presença, atuação e produção dos intelectuais negros (as)?
- 3 - como você avalia a experiência dos intelectuais negros (as) no campus V concernente à presença/ausência, atuação produção e sua visibilidade/invisibilidade?